



DIÁRIO

República Federativa do Brasil
DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLVIII — Nº 100

SÁBADO, 12 DE JUNHO DE 1993

BRASILIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 114ª SESSÃO, EM 11 DE JUNHO DE 1993

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

SENADOR PEDRO TEIXEIRA — Agravamento da situação econômico-financeira em virtude da crise das instituições político-partidárias e eleitorais.

SENADOR JARBAS PASSARINHO — Atendimento dos pleitos do Estado do Pará junto à Eletronorte.

SENADOR MAURO BENEVIDES — Significativa adesão do Banco do Nordeste do Brasil — BNB — ao Plano Nacional de Combate à Fome e à Miséria, durante lançamento da campanha em Fortaleza.

SENADOR EDUARDO SUPLICY — Reintegração da ex-Ministra Luíza Erundina aos quadros do Partido do Trabalhadores.

1.2.2 — Comunicação da Presidência

— Recebimento do Telex nº 1.250/93, do Supremo Tribunal Federal, comunicando que aquela Corte, ao julgar a ação Direta de Inconstitucionalidade nº 574-0/600, deferiu, por unanimidade, medida cautelar suspendendo a redação dada pelo art. 29 da Lei nº 8.216, de 8 de agosto de 1991, ao art. 7º da Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960; e no art. 38, a expressão: “o art. 8º da Lei nº 3.765, de 1960”.

1.3 — ORDEM DO DIA

Ofício “S” nº 42/93 (nº 93/968/93, na origem), do Presidente do Banco Central do Brasil, encaminhando ao

Senado Federal pedido do Governo do Estado de São Paulo, para que seja autorizada àquela unidade federativa a elevar o montante de reemissão e colocação no mercado, através de ofertas públicas, de Letras Financeiras do Tesouro do Estado de São Paulo (LFT-SP), de 83% para 88% das 64.273.995 LFTP, vencíveis em 15 de junho de 1993. **Discussão encerrada** nos termos do Projeto de Resolução nº 47/93, apresentado como conclusão do parecer de plenário favorável, tendo usado da palavra os Srs. Jutahy Magalhães e Bello Parga, ficando a sua votação adiada por falta de **quorum**.

1.3.1 — Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR VALMIR CAMPELO — Enaltecimento às atividades do Senac, Sesc, Senai e Sesi, em face dos bons serviços que prestam ao País, no campo do ensino profissionalizante e da assistência social.

SENADOR MAGNO BACELAR — Cortes no Orçamento em estudo pelo Ministro Fernando Henrique Cardoso e a inconstitucionalidade de cortes na verba da fonte 113, relativa ao Fundo Nacional de Educação, decretada em portaria do Ministério da Fazenda. Campanha desmoralizadora contra o Congresso Nacional e políticos.

SENADOR ANTÔNIO MARIZ — O drama da seca no Nordeste e as medidas insatisfatórias adotadas pelo Governo para o seu combate. Carência de uma política desenvolvimentista voltada para a justiça social.

SENADOR ELCIO ALVARES, como Líder — Prioridade prometida pelo Presidente Itamar Franco na libera-

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor Executivo

CARLOS HOMERO VIEIRA NINA

Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS BASTOS

Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINIATURAS

Semana:

Caf. 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

ção de recursos para pagamento de dívida do Inamps para com as Santas Casas de Misericórdia.

SENADOR JONAS PINHEIRO — O problema da fome em nosso País e a inoportunidade do cancelamento do programa de distribuição de leite, iniciada no Governo José Sarney e extinto na era Collor.

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Implementação do Sistema Nacional de Pesquisa, através do projeto de apoio da Embrapa.

1.3.2 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

1.4 — ENCERRAMENTO

— Atos do Presidente

Nº 50, 247/90, 118/91, 107, 193 e 430/92 (apostila)

3 — MESA DIRETORA

4 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

5 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 114ª Sessão, em 11 de junho de 1993

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

Presidência dos Srs. Magno Bacelar e Bello Parga

ÀS 9 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Bello Parga _ Eduardo Suplicy _ Elcio Álvares _ Jarbas Passarinho _ Josaphat Marinho _ Jutahy Magalhães _ Magno Bacelar _ Mauro Benevides _ Pedro Teixeira _ Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — A lista de presença acusa o comparecimento de 10 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

(Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Jonas Pinheiro.

(Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Teixeira.

O SR. PEDRO TEIXEIRA (PP-DF. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, a minha atividade no Senado vai completar oito meses, e o centro de minhas atenções tem girado em torno daquilo que já consumia minhas leituras e observações há, pelo menos, uns treze anos: primeiro, a crise de todas nossas instituições, notadamente a crise das instituições político-partidárias e eleitorais e suas consequências sobre as grandes dificuldades que isto acarreta sobre

a solução das demais; em segundo lugar, a crise econômico-financeira e monetária, e suas causas remotas e próximas.

Temos que considerar o País como uma grande empresa: a União, administrada pelos Três Poderes, "independentes e harmônicos entre si", conforme dispõe o art. 2º da Constituição.

Administrar com harmonia a União, tendo em vista o valor-fim do bem comum, é a missão dos Três Poderes, cada qual, dentro de suas atribuições. Cada órgão, cada instituição se compõe de homens, que se obrigam a obedecer a seu estatuto normativo, visando realizar seus valores-fins, ou seja, aquilo que lhes compete por destinação normativa.

Isto em relação aos grandes organismos institucionais de cada um dos Três Poderes, como em relação a cada uma das instituições menores que existem dentro do Estado. Assim acontece com o Poder Legislativo, ou com cada uma de suas Casas; assim acontece com os partidos políticos.

Todos são espécie do gênero instituição, pois têm uma definição comum: "Homens unidos por um mesmo estatuto normativo, que se obrigam, por meio dele, a realizar determinados valores-fins". É esta a célebre definição que consagrou a Teoria das Instituições, de Hauriou.

E agora pergunto: nossas instituições político-partidárias o, que se — as cúpulas que as dirigem — vêm buscando

estabelecer normas (constitucionais, legais, estatutárias, resoluções, normas de conduta, etc...) visando realizar os grandes princípios democráticos, ou vêm buscando conquistar privilégios para os donos dos partidos, para mantê-los sob sua direção?

As leis e a conduta dessas plutocracias dirigentes, são elas, ou não são elas que levaram o nosso país a este estado de coisas, que se chama crise político-partidária, que está conduzindo o País à ingovernabilidade, propiciada pela fabricação da crise político-financeira.

Quem é que fez, desde longa data, e está fazendo esta legislação?

É o Congresso. Somos nós: As lideranças, com os meios normativos de que dispomos, nós, a imensa maioria de Congressistas, que vamos sendo conduzidos omissivamente, a esse estado de coisas. Somos, por isso culpados e seremos responsabilizados por aqueles que aqui representamos, como aliás já o estamos sendo.

Essa máquina de fazer normas e os partidos políticos dirigentes e dirigidos omissivos — são os grandes culpados do estado de coisas a que o Brasil chegou.

Em primeiríssimo lugar, porque temos feito normas que estão aí para todos verem, para manter privilégios, ou seja, para institucionalizar a crise.

Estão procurando vencer a crise, procurando fazer reformas normativas. Só isto é o suficiente para demonstrar que minhas afirmações são verdadeiras.

Ninguém conseguirá modificar nada, fazer reformas necessárias, enquanto as cúpulas dirigentes, tanto quanto nós os dirigidos omissivos não resolvermos, ou não nos dispusemos a ter vontade política para remover todo esse entulho normativo que aí está construído pelo Governo, ou seja, pelo Poder Executivo de mãos dadas com o Congresso Nacional, através da história.

Isso é verdade ou devo também eu me omitir, pelo silêncio, e assim fazer coro com esse estado de coisas, para possibilitar a perenização da grande crise institucional em que vivemos, para o bem de quem fabricou e está fabricando este sistema, os donos dos partidos políticos e o sistema financeiro?

Quero aqui chamar a atenção, para todos os meus Pares, de que existe uma grande realidade, que precisa ser transformada, ou nenhuma grande reforma será feita. Existe entre nós, Congressistas, uma grande maioria calada, em todos os partidos, e por isso a chamei de maioria omissa, que precisa acordar e vigiar, para que essa pequena minoria interessada em manter os privilégios já normatizados, ou seja, já institucionalizados, não perenize os já conseguidos, na área que fabricou a crise político-partidária e que sustenta e pereniza a crise do Sistema Financeiro Nacional.

Todos gritam por reformas. Reformas de quê? De normas conseguidas pelos privilegiados, através dos anos, para servir a seus privilégios. Eles lutam e continuarão lutando para que tudo continue como está, ou para que seus privilégios continuem crescendo.

Isso é uma demonstração da evidência de tudo o que venho dizendo. São as normas, por eles fabricadas, que estão em contradição com sua própria definição, porque estão visando realizar desvalores: a ditadura dos partidos e esse sistema capitalista cruel, fabricado pela mitologia do neoliberalismo, com seus mitos, donde se destacam a lei de mercado, a institucionalização da usura etc., filhos diletos do sistema financeiro internacional, que fabricou a impagável dívida externa do

Brasil e do mundo e que escravizou a economia dos países pobres aos países ricos.

É assim que penso e é nisto que creio.

Perdoem-me os meus Pares, ainda em lua-de-mel com os primeiros passos dados na realização do plano econômico do Ministro Fernando Henrique Cardoso. Não creio que vá dar certo. Não dará, apesar da euforia noticiada.

É preciso indagar e verificar sobre quem é que anda eufórico

Para grandes males, grandes remédios! Xarope não cura câncer. Itamar falou claro que sua intuição lhe indicava outros caminhos. Eliseu e seus aliados não quiseram obedecer-lhe. Veio Fernando Henrique, e montaram o grande espetáculo que lhe está permitindo fingir que está seguindo as trilhas traçadas a seu antecessor, mas o Ministro está procedendo exatamente como quer o sistema: "banho-maria" e "empurrar com a barriga", enquanto for possível. Depois...será outra história.

Quero que fique escrito em nossos Anais: esta crise não será domada com o xarope do Ministro Fernando Henrique.

E então?

Basta examinar a fundo o discurso do Sr. Ministro da Agricultura, no dia de sua posse, para se enxergar a enormidade da crise que vivemos, suas causas remotas, próximas, e suas conseqüências.

Mas este é um problema para ser tratado em outro discurso.

Aqui, quero afirmar que sou um homem de partido. Luto pela fidelidade partidária institucionalizada, mas, enquanto ela não vier, obedecerei às diretrizes legitimamente estabelecidas por meu partido, sempre que isso não ofender a princípios.

Então quero, daqui desta tribuna, concitar a meus pares — àqueles que não são oposição a qualquer preço, mesmo que isso constitua um grande mal para o País — para que abramos um grande crédito de confiança ao Presidente Itamar. Mas peçamos a Sua Excelência — já fiz isso uma vez desta tribuna — que entregue toda a condução da política econômico-financeira, no sentido de domar a inflação, a seu Ministro da Fazenda, pedindo a ele que continue a costurá-la de comum acordo com os grandes empresários e com a classe política. Que vá o Sr. Ministro conversando com eles e com os banqueiros, pedindo-lhes que abaiquem os juros, e aos empresários que vendam seus produtos por preços mais baratos. Com os comerciantes, que não remarquem para cima suas mercadorias, tendo em vista a lei do mercado, o grande controlador dos preços da economia liberal, já que a norma, como estão dizendo, é "conversa", é "entendimento".

Supliquemos ao Senhor Presidente da República que deixe isso inteiramente com seu Ministro da Fazenda, e espere-mos o que irá acontecer.

O Presidente ficaria com seu tempo todo para buscar um lugar na História, como o maior estadista do século, dedicando-se, em regime de urgência urgentíssima, às reformas dos sistemas dos partidos políticos e eleitoral, que estão sendo buscadas tanto pelo Poder Executivo quanto pelas duas Casas do Congresso, mas por vias diversas.

Há vários projetos tramitando nas duas Casas. Por sua vez, o Sr. Ministro da Justiça, Maurício Corrêa, já encarregou duas comissões, de alto nível, de estudá-los todos, e de oferecer sugestões, naturalmente em busca de uma solução de consenso.

Hoje, essas sugestões passaram para as mãos de outra comissão altamente capacitada, composta de cientistas políticos, que elaboraram um anteprojeto de lei, em procura de uma solução de consenso entre os projetos do Poder Executivo e os do Poder Legislativo. Seu Relator foi o Professor e Subprocurador da República Fávila Ribeiro, de todos conhecido, há muitos anos, por seus conhecimentos de Direito Público e, especialmente, de Direito Eleitoral.

Esse anteprojeto já está, ao que fui informado, em mãos do Sr. Ministro da Justiça, Maurício Corrêa.

O Sr. Mauro Benevides — V. Ex^a me permite um aparte, Senador Pedro Teixeira?

O SR. PEDRO TEIXEIRA — Com muito prazer, Senador Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides — Senador Pedro Teixeira, desejo realmente levar a V. Ex^a o meu testemunho daquilo que os círculos jurídicos do País reconhecem, que é a indiscutível competência do Professor Fávila Ribeiro, da Universidade Federal do Ceará e integrante do Ministério Público da União, e a sua comprovada condição de autoridade em Direito Eleitoral. Durante longo tempo, o Dr. Fávila Ribeiro exerceu no meu Estado a chefia da Procuradoria Regional Eleitoral, emitindo importantes pareceres e, conseqüentemente, se identificando com a realidade político-eleitoral do País. Tenho absoluta certeza de que esse anteprojeto do Código Eleitoral, ao ser examinado pelo Congresso Nacional, haverá de ter aqui um trâmite célere, como todos nós desejamos, disciplinando, portanto, o antigo Código, que está em vigor desde 1965, no Governo Castello Branco. Destaque-se que a reforma eleitoral, preconizada pelo primeiro governo revolucionário, previa três documentos básicos: o Código Eleitoral, a Lei Orgânica dos Partidos e a Lei de Inelegibilidade. É o Código Eleitoral, que era o "carro-chefe" dessa reforma procedida pelo Governo Castello Branco, necessita realmente ajustar-se às novas concepções do Direito Eleitoral brasileiro. Portanto, estou certo de que o trabalho do Professor Fávila Ribeiro reflete este novo momento que estamos enfrentando. E desejo mesmo que Câmara e Senado se disponham a examinar o novo Código e torná-lo vigorante no menor espaço de tempo possível.

O SR. PEDRO TEIXEIRA — Agradeço o aparte de V. Ex^a, o que vem comprovar realmente o que nós estamos sustentando. Há uma comissão de alto nível estudando o Código Eleitoral e as reformas políticas, comandada por esse grande jurista e Subprocurador da República Fávila Ribeiro, uma das outras grandes honras que o Ceará nos manda para a Capital, somando com os Senadores Valmir Campelo e Mauro Benevides.

E é por isso que estamos sustentando: existe a Comissão. O anteprojeto já está aí, pronto, nas mãos do Ministro da Justiça, Maurício Corrêa, enquanto aqui tramitam outros projetos paralelos. Vamos chegar na frente do Executivo, ou o Executivo vai chegar na nossa frente, ou vai vetar, quando venho propugnando a necessidade de se formar uma Comissão Mista, urgente, para se disciplinar essa matéria, já que existem subsídios da maior valia.

O Ministro da Justiça, ninguém melhor do que ele para lutar junto do Senhor Presidente da República, para que encabece e dirija uma batalha junto às duas Casas do Congresso Nacional, para realizar a grande reforma transcendental de que tanto o Brasil precisa.

Transcendental, como condição de possibilidade de executar as outras reformas, e, portanto, de governabilidade do País.

É bem verdade que o princípio democrático exige que os partidos tenham o direito de se organizarem livremente. É isso que está definido no art. 17 da Constituição Federal, embora com uma redação não muito feliz.

Mas é preciso levar em conta, como muito bem o disse o Ministro Paulo Brossard, há meses, em uma entrevista publicada na **Folha de S. Paulo**, se não me engano, que antes de ser "criado" o partido, é necessário que haja uma corrente de pensamento, sobre a qual ele "formalize sua criação". A Constituição exige que essa corrente, para se transformar em partido, tenha caráter nacional.

Não podemos criar partido político em cima de um nada. Um dono de uma fábrica não pode criar um partido mandando seu advogado formalizar os papéis necessários para isto, e mandar 101 (cento e um) de seus operários subscreverem a ata de sua fundação. Não é este o sentido da norma constitucional.

Quantos Partidos são, em realidade, Partidos, dentre estes que existem entre nós? Quantos desses Partidos são verdadeiras instituições políticas no Brasil? Instituições, entendidas dentro do enfoque da definição de Hauriou: "Homens unidos que se obrigam, dentro de um estatuto normativo, a realizar determinados valores políticos". Quantos?

Não foram dadas as devidas atenções à interpretação da norma constitucional, ao seu sentido, ao seu espírito. O resultado foi a pulverização dos verdadeiros partidos, pela possibilidade que se criou do entra-e-sai de partido por qualquer motivo de somenos, o que não aconteceria, se só houvesse partidos "importantes", no dizer do grande Sáenz Peña, ou seja, partidos correspondentes a "correntes de pensamento" de caráter nacional.

Por isso, venho afirmando que grande parte dos nancos e das legendas de aluguel não têm condições de continuar com seus registros no Tribunal Superior Eleitoral. Foram todos registrados sem atenção às exigências constitucionais e, portanto, como diria Rui Barbosa, "não existem juridicamente". De conseqüência, os que foram eleitos por eles podem, perfeitíssimamente, ter seus registros cassados, como aconteceu no passado com o Senador Carlos Prestes e todos os candidatos do Partido Comunista de então.

É tempo de buscar-se uma solução urgentíssima para o Governo do Presidente Itamar Franco, como também para os Governos futuros. Se o Senhor Itamar Franco fizer essa reforma política, Sua Excelência passará à História como o maior estadista brasileiro do século sobre este aspecto, por ter completado a grande obra da Revolução de 30.

Envio daqui a minha mensagem ao Ministro da Justiça, Sr. Maurício Corrêa, pedindo a S. Ex^a que tome em suas mãos a bandeira que é sua. Concite o Senhor Presidente da República a convocar, com independência, mas com harmonia, as Lideranças do Congresso para, em regime de urgência urgentíssima, construir a grande reforma institucional. No final, poderão dizer como Horácio: "Construí uma obra mais perene que o bronze".

Se o Senhor Itamar não aproveitar esta oportunidade, seu Governo passará sem que tenha feito nada de importante.

Os banqueiros não permitirão que o Ministro Fernando Henrique Cardoso faça absolutamente nada dentro do desejado pelo plano do Presidente Itamar.

Eles têm o poder nas mãos. Napoleão já afirmava que "ninguém vence os banqueiros". Ferdinand Lassale definia a Constituição como "a soma dos fatores reais do poder" e, entre esses fatores, apontava os banqueiros. E hoje eles cresceram muito e estão crescendo cada vez mais. Não abrirão mão de seus juros altos nem querem que baixe a inflação. Querem mais, muito mais: querem — vejam bem — privatizar o Banco do Brasil, para comprarem as suas ações. Querem um Banco Central independente do Governo, mas naturalmente governado por eles, para que tenham também em suas mãos o poder emissor. Já falam nisso, no Congresso, com a maior falta de cerimônia!

Por isso é que eles também trabalham para que o sistema partidário seja fraco, bem fraco, e o governo ingovernável.

Que reforma se conseguirá, neste Congresso, se primeiro não se fizer a grande reforma do sistema partidário, com partidos verdadeiramente democráticos, extirpada que seja a ditadura no seu âmbito interno, e que propicie ao Governo uma maioria forte e que venere o princípio da fidelidade partidária?

Antes de terminar, quero daqui enviar minhas efusivas homenagens ao Sr. Ministro da Agricultura, por seu discurso e pela coragem com que enfrentou o problema dos bancos com referência à agricultura. Esse tema será objeto de meu próximo discurso.

Tentarei, por outras vias, levar os apelos aqui feitos ao Sr. Ministro da Justiça e ao Senhor Presidente da República. Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — Concedo a palavra ao nobre Senador Antônio Mariz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Jarbas Passarinho.

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, esteve em audiência com o Ministro de Minas e Energia uma delegação paraense da qual participavam o Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Pará e o Prefeito de Paragominas.

Isso me leva, mais uma vez, a falar sobre o problema da Eletronorte. A Usina de Tucuruí é a maior usina nacional, a maior usina brasileira. Parece-me que está se fazendo, em relação ao Tocantins, a renovação do "suplício de Tântalo". Enquanto a nossa geração de energia é tão extraordinária que hoje, felizmente, faz retornar para o Nordeste aquela energia que o Nordeste nos deu durante o período em que o Pará não tinha essa geração; a 80 e a 100 km da usina, no próprio rio Tocantins, os municípios permanecem sem eletricidade primária transmitida pela usina. São pontos de luz de natureza térmica: em Baião, Mocanjuba, Cametá.

Fica difícil, Sr. Presidente que nos preside hoje, V. Ex^a que é um ilustre representante do Maranhão nesta Casa, para o Prefeito, para o povo do rio Tocantins, que fica à jusante da usina, compreender que não tem eletricidade quando a 30, 40 e 80 km, a eletricidade está sendo gerada até para mandar para o Nordeste brasileiro. Esse é um pleito que não só os prefeitos mas também todas as comunidades têm feito.

Na reunião que houve semana passada — não sei qual foi o compromisso que o Ministro Paulino Cícero assumiu, se já se direcionou no sentido de levar a ponta de linha da geração de Tucuruí, que já está na antiga Estrada de Ferro Bragantina, chamada Estrada de Ferro de Bragança, até Santa Maria, a 100km de Belém, e de Santa Maria para Paragominas.

Este último município surgiu quando fui Governador. Dizia-se, até com certo tom de pilhéria, que o Pará tinha entrado com as terras. Minas, com os bois e Goiás, com a inteligência, porque este último Estado dominava completamente a área, a tal ponto que tive de pedir um espaçozinho para poder montar a prefeitura. Então, Paragominas surgiu agora como um grande empório pecuário no Pará e também não tem luz.

O Governo do Estado do Pará, o Governador Jäder Barbalho, assume o compromisso de fazer a ligação de Santa Maria com Paragominas, desde que a Eletronorte faça a ligação do ponto de linha que vai pelo menos até Castanhal a Santa Maria. É um pequeno trecho, Sr. Presidente, e não seria valor de causar inveja a ninguém. Creio, porém, que não há força política para fazer com que a Usina de Tucuruí permita, através da Eletronorte, essa ligação. Mas é um pleito justo, absolutamente justo de quem vê, quase no seu horizonte visual, a grande Usina Hidrelétrica de Tucuruí e não sente os benefícios da geração de energia para o seu município.

O apelo que faço aqui ao Ministro Paulino Cícero é no sentido de que S. Ex^a inclua, nas suas prioridades, essas pequenas despesas. São muito pequenas comparadas com o que existe no volume do Ministério de Minas e Energia, mas têm um grande efeito em favor do povo como tal. E mais ainda: peço que o Senador Fernando Henrique Cardoso, hoje nosso ilustre Ministro da Fazenda, não faça incidir, sobre essas ligações prioritárias, os cortes que S. Ex^a deve anunciar na segunda-feira.

O Ministro Fernando Henrique Cardoso pediu ao patronato paulista que esquecesse aquilo que S. Ex^a escreveu no passado. De maneira que prefiro acreditar agora naquilo que escreve no presente. E, no presente, espero que o nobre Ministro atenda ao pleito do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB — CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, ao admitir que "o Brasil precisa criar a corrente da cidadania capaz de vencer a miséria e o egoísmo que nos toma o coração", um punhado de nordestinos, reunidos segunda-feira, em Fortaleza, lançou os primeiros elos dessa corrente em território cearense. O ato, que contou com a presença do sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, obteve grande repercussão na opinião pública local, assinalando a adesão dos funcionários do Banco do Nordeste do Brasil S.A. ao Plano Nacional de Combate à fome e à miséria.

A solenidade contou com a participação, também, de representantes dos Ministérios da Fazenda e do Trabalho, do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), dos Governos dos Estados nordestinos, da FAE, do Incra, representação de trabalhadores e da Sudene, demais órgãos federais que operam na região, Prefeituras Municipais, dentre outros organismos não governamentais.

As estatísticas sobre os miseráveis levantadas pelo IPEA — 32 milhões de indigentes no País — assustam brasileiros de todos os quadrantes pela sua amplitude e conseqüências. Na realidade, o País vive momentos delicados que tanto podem levá-lo a uma reversão total desse quadro, como a um desastre irremediável em termos sociais. Por isso mesmo, torna-se essencial a adesão de todas as instituições oficiais e privadas ao Plano de Combate à Fome e à Miséria. Como afirmou Betinho, durante o evento em Fortaleza, "ou muda-

mos o rumo desse processo ou não teremos mais País para viver”.

Pelo caráter endêmico da indigência em seu território, o movimento no Nordeste tem que ser necessariamente maior do que no País inteiro. Com 54% do total dos indigentes e 70% da indigência rural localizados na região, as medidas ali têm que ser agressivas, atingindo o campo, as pequenas cidades e as áreas metropolitanas, porque, na verdade, a indigência hoje é nacional, ninguém escapa desse problema: nem o Norte, nem o Sul ou Sudeste.

Srs. Senadores o evento de Fortaleza, sob o patrocínio do Banco do Nordeste e de seus funcionários, não se limitou ao discurso vazio e sem conseqüência. Tampouco enfeixa aspectos meramente assistencialistas ou de caráter filantrópico. Pelo contrário, durante a própria solenidade, presidida por Betinho, foram lançadas algumas iniciativas relevantes para combater a fome e a miséria na região.

Dentre as várias iniciativas, destaca-se o Programa Permanente de Fomento à Geração de Emprego e Renda, que está sendo implementado pelo Banco do Nordeste em regime de parceria com governos, prefeituras e entidades da sociedade civil, mobilizando recursos equivalentes a US\$ 150 milhões, dos quais um terço prometido pelo Governo Federal ainda no final do ano passado, quando assumi, em caráter de interinidade, a Presidência da República, mas até o momento não liberado.

Essa iniciativa contempla, basicamente, duas vertentes básicas. A primeira é a ação creditícia destinada a fomentar os setores produtivos, tendo como fonte os recursos do FNE — Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste. A segunda volta-se para a aplicação de recursos não-reembolsáveis em atividades de capacitação de produtores rurais e microempresários, acompanhamento de assistência técnica e pequenos investimentos em infra-estrutura produtiva nas comunidades interioranas.

O Programa prevê a criação de 250 mil novos empregos na região, no ano de 1993, contemplando seis pontos principais:

I — apoio ao Cooperativismo e ao Associativismo em geral;

II — apoio à pequena agroindústria do Nordeste;

III — fomento à pequena e à microempresa industrial e artesanal;

IV — utilização das bacias hidrográficas dos açudes públicos;

V — estratégia de utilização dos rios perenes e perenizados no Polígono da Seca; e

VI — acesso das famílias em situação de pobreza absoluta ao processo produtivo.

Insera-se, igualmente, nesse enfoque do combate à fome e à miséria, a assinatura de dois convênios com vistas a melhorar a situação em que vivem muitos nordestinos.

O primeiro, assinado entre o BNB e o Incra, envolve recursos da ordem de Cr\$ 20 bilhões e objetiva capacitar pequenos produtores rurais via desenvolvimento de cooperativas e associações. O Incra anunciou que, de agora em diante, 45% de todos os programas de assentamento e reforma agrária serão destinados ao Nordeste.

O segundo convênio foi firmado entre a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), Secretaria Nacional de Irrigação e BNB. O Banco do Nordeste incentiva a produção de alimentos básicos, através de financiamento, desde que as prefeituras se comprometam a comprar a produção para

a merenda escolar. O Presidente da FAE, Iveraldo Lucena, disse que esse convênio deverá minimizar o índice de reprovação dos alunos do ensino fundamental e adequar a merenda aos costumes regionais.

O Presidente do BNB, João Alves de Melo, conclamou, na ocasião, todos — políticos, empresários e a sociedade — a engajarem-se na luta para retirar do estágio de pobreza absoluta milhares de nordestinos.

Engajados no Plano de Combate à Fome e à Miséria, os funcionários do BNB preparam-se para desencadear iniciativas como:

— criação de uma Fundação dos Funcionários do BNB, direcionada para capacitação e orientação do mercado de trabalho, além de outras ações;

— articulação de uma campanha emergencial, envolvendo funcionários e dirigentes do banco, Associação dos Funcionários do BNB, clientes e organizações não-governamentais, para socorro aos miseráveis, principalmente os que têm domicílios em cidades de pequeno porte;

— criação de comitês de cidadania dentro do Plano de Combate à Fome e à Miséria;

— participação emergencial no projeto com doativos (dinheiro, gêneros alimentícios, tickets refeição e roupas) para distribuição entre as famílias carentes;

— participação como voluntários em projetos de educação, saúde e de produção;

— cessão das instalações dos BNB — clubes para reuniões e eventos que se liguem a ações pertinentes ao Projeto;

— oferecimento de consultoria voluntária a pequenos negócios na região;

— criação de programa de agentes do desenvolvimento rural, a ser executado mediante visitas a pequenos produtores para informar as possibilidades da melhoria de suas explorações agropecuárias, seu acesso e aos canais de comercialização;

— formação de associações e cooperativas;

— instalação de unidades móveis da Caixa de Assistência dos Funcionários do BNB para atendimento médico-odontológico às comunidades carentes, uma vez por semana;

— articulação, junto aos parlamentares da região; na busca de apoio às ações do Plano de Combate à Fome e à Miséria.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o quadro que Herbert de Souza e seus companheiros de cruzada encontraram no Nordeste não é dos mais estimulantes, em que pesem os esforços regionais para superar as dificuldades.

Ocupando cerca de 20% do País e detendo mais de 30% da população brasileira, o Nordeste abriga mais da metade dos miseráveis do Brasil, constituindo-se como o espaço de maior dimensão da pobreza nacional. O mapa da fome do Brasil revela que no Nordeste estão localizados 17,3 milhões de indigentes, cerca de 54,6% do total existentes no País.

A distribuição de indigência, no espaço rural e urbano, mostra o seguinte: nas áreas metropolitanas e urbanas não metropolitanas encontram-se 7,1 milhões de nordestinos (41,3% do total) enquanto na zona rural, abrigam-se cerca de 10,1 milhões de indigentes (58,7% do total) e 24% da população nordestina em 1990.

Outros indicadores sociais revelam o perfil profundamente injusto e desumano da sociedade nordestina. É o caso, por exemplo, da esperança de vida (12 anos menor que a do Sul), mortalidade infantil (52 óbitos por 1.000 habitantes contra 32 em São Paulo) e escolaridades (42,6% dos nordestinos na faixa etária acima de 5 anos são analfabetos).

As causas e conseqüências da fome e da miséria no Nordeste já foram objeto de detida reflexão no seio da comunidade regional. Difícil tem sido implementar políticas e programas capazes de erradicar ou atenuar o sofrimento de parcela preponderante da população.

A fatores como a qualidade do solo, a freqüência das secas e a questão da posse da terra, somam-se as deformações do sistema de comercialização agrícola, o modelo de crescimento adotado e as programações discriminatórias concebidas e postas em prática pelo Governo Federal.

As políticas macroeconômicas sucessivamente adotadas por Brasília nas áreas monetária, fiscal e de comércio exterior, destinadas a estabilizar a economia brasileira, têm contribuído para a formação dos imensos bolsões de pobreza na região.

De fato, a equivocada estratégia de se combater a inflação com recessão penaliza principalmente as áreas mais pobres e os segmentos mais vulneráveis da população, que sucumbem ante o desemprego e a alta generalizada dos preços. Indiscutivelmente, essas políticas de estabilização têm contribuído para a persistência e agravamento da miséria e da fome no País, e no Nordeste, em particular. O Estado, a quem caberia acionar mecanismos compensatórios visando a corrigir as distorções, acabou contribuindo para ampliá-las.

O resultado disso tudo é a fome e a miséria a campear na região, com todo um imenso rosário de conseqüências para o homem e para o próprio Estado brasileiro, e o comprometimento irremediável do futuro de grande contingente de nordestinos.

O Congresso Nacional não pode, pois, manter-se indiferente a essa nova cruzada redentora a que se propõe o Governo Itamar Franco.

Daí merecer o registro desta tribuna o evento patrocinado pelo BNB, com os nossos aplausos à louvável iniciativa do Presidente João Alves de Melo, cuja visão dos problemas nacionais fê-lo merecer o apoio irrestrito dos funcionários daquele estabelecimento oficial de crédito, bem assim das lideranças políticas, empresariais e comunitárias, solidárias com a oportuna campanha, de extraordinária repercussão em todo o País.

O Sr. Eduardo Suplicy — Permite-me V. Exª um aparte, nobre Senador Mauro Benevides?

O SR. MAURO BENEVIDES — Pois não, ouço o aparte do nobre Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy — V. Exª, além de traçar um quadro da miséria no Nordeste brasileiro, avalia como muito importante a iniciativa de Herbert de Souza e dos comitês de cidadania contra a miséria e a fome no Brasil. É importante mesmo que sejam incentivadas todas as iniciativas nesta direção. E seria importante que houvesse um estímulo à criatividade de todos os segmentos da sociedade para combaterem esta que deve ser a prioridade maior dos brasileiros. Importante será se o Ministro da Fazenda e o Ministro do Planejamento avaliarem como primeira prioridade também, em termos do Orçamento da União, a combinação do combate à inflação com o combate à fome e à miséria. Muito obrigado.

O SR. MAURO BENEVIDES — Muito grato a V. Exª, nobre Senador Eduardo Suplicy, que, desde o primeiro momento do lançamento desta campanha, a ela emprestou o prestígio do seu apoio e solidariedade, comparecendo inclusive à solenidade que marcou o início das atividades do Conselho de Segurança Alimentar, realizada há cerca de 60 dias, no Palácio do Planalto.

A iniciativa do Banco do Nordeste, integrando, portanto, o combate à fome e à miséria, dentro de um esforço que vem sendo desencadeado por aquele estabelecimento de crédito oficial, sobretudo para garantir o fomento, a geração de emprego e renda, acredito que tudo isso motivou a comunidade cearense para uma integração a essa cruzada, que passa a contar, desde segunda-feira, com a adesão integral de todo o corpo de servidores do Banco do Nordeste.

Na última quarta-feira, dizia-me o Dr. João Alves de Melo que teria sido surpreendente o gesto de solidariedade dos funcionários, fazendo a entrega dos tickets refeição e de outras modalidades de participação nesses acontecimentos que, acredito, deverá realmente sensibilizar, motivar e empolgar todos os segmentos, não apenas da sociedade nordestina mas de todo o povo brasileiro.

O Sr. Valmir Campelo — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. MAURO BENEVIDES — Ouço V. Exª, com muito prazer.

O Sr. Valmir Campelo — Nobre Senador Mauro Benevides, não poderia deixar de parabenizar V. Exª por trazer ao plenário esse tema tão importante para todos nós, como também não poderia deixar de manifestar o meu apoio e dar os meus parabéns ao Banco do Nordeste por esse ato, que diz respeito não só a Fortaleza, mas a todo o Nordeste. É realmente motivo de muito orgulho para todos nós, nordestinos, que conhecemos bem a região, que conhecemos a situação caótica em que se encontra todo o Nordeste, mas também para todos nós, brasileiros, que temos que nos unir em busca de soluções, como as que o Betinho vem tentando introduzir para, pelo menos, amenizar o problema da fome no Brasil. Quero parabenizar os funcionários do Banco do Nordeste, na pessoa de V. Exª que, com muita dignidade, representa o Estado do Ceará nesta Casa. Lembro-me muito bem de que, quando V. Exª esteve à frente da Presidência da República, uma das suas maiores preocupações, naquele período, foi exatamente o combate à fome no Nordeste. De forma que aqui fica os meus parabéns por essa iniciativa do Banco do Nordeste, ao mesmo tempo em que entendo que outros segmentos da sociedade, até mesmo da iniciativa privada, como o SESI, SENAI e SENAC, deverão sensibilizar-se dando também a sua contribuição para minorar os problemas da fome em todo o Nordeste. Parabéns a V. Exª

O SR. MAURO BENEVIDES — Muito grato a V. Exª, nobre Senador Valmir Campelo, que, nascido no Ceará, com a responsabilidade de representar Brasília no Senado Federal, mantém os vínculos de identificação com a sua terra, sobretudo quando um movimento tão nobre, tão humanitário ali desponta, com a participação saliente dos servidores do Banco do Nordeste. Mais uma vez, muito grato a V. Exª, Senador Valmir Campelo.

O Sr. Bello Parga — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. MAURO BENEVIDES — Com satisfação, nobre Senador Bello Parga.

O Sr. Bello Parga — Nobre Senador Mauro Benevides, neste momento fico muito contente com o pronunciamento de V. Ex^a, porque traz ao conhecimento da Casa e, portanto, do País, a maneira desprendida e altamente compreensiva para com o momento atual da direção e do corpo funcional do Banco do Nordeste. É uma instituição que hoje se confunde com a própria região, fatora do seu desenvolvimento, financiadora dos grandes empreendimentos daquela região e que detém um repositório técnico-documental importantíssimo dos estudos que têm feito sobre os problemas da região, suas causas remotas e recentes, e que é um acervo importantíssimo para o equacionamento e futuras soluções dos problemas da região, que se estendem em um dos grandes problemas do País. Essa instituição, que V. Ex^a já dirigiu, já presidiu, com muita probidade, diligência e dinamismo — e é esse aspecto que eu gostaria de sublinhar, para não me estender mais e interromper o pronunciamento de V. Ex^a — inspira-se não só na compreensão, como também na solidariedade do povo nordestino que, tendo participado, tendo sido testemunha dessas crises, decorrentes do clima e da falta de chuvas, procurou identificar todas as variáveis que poderiam contribuir para essa situação. É necessário que se diga que não basta ficar só nas medidas atuais e nessas programadas, mas é essencial que as autoridades deste País se debruçam sobre a questão demográfica. É preciso que, paralelamente a isso, comecem a se estabelecer alguns princípios, algumas bases para que, neste País, nós, do Legislativo, já possamos começar a estudar e procurar equacionar e solucionar esse problema. Se, paralelamente a todas essas medidas, não nos preocuparmos com a questão demográfica, todas essas medidas, a curto prazo, resultarão ineficazes, e a crise voltará ciclicamente, e até com mais força. O Escritório Técnico de Estudos do Nordeste (ETENE), do Banco do Nordeste, principalmente quando da administração do Presidente Rubens Costa, começou a fazer esses estudos, e seria bom que, nesta ocasião, o Governo recorresse a essa riqueza, a esse acervo do banco de estudos do Banco do Nordeste, para debruçar-se sobre a questão demográfica, que é essencial para o desenvolvimento do nosso País.

O SR. MAURO BENEVIDES — Muito obrigado a V. Ex^a, nobre Senador Bello Parga, que teceu considerações abalizadas sobre a participação do Banco do Nordeste no desenvolvimento regional.

Recorde-se que V. Ex^a integrou, como diretor dos mais proficientes, a diretoria do Banco, ali também prestando a contribuição inestimável da sua experiência e do seu tirocínio como homem público.

Agora, acredito que o Banco, estimulado por todas essas manifestações, vai oferecer uma amplitude ainda maior à sua adesão e ao seu apoio a essa grande cruzada de combate à fome e à miséria no País.

Era este, Sr. Presidente, o registro que desejava fazer desta tribuna, para dizer que o Nordeste está presente a essa luta e o BNB será, sem dúvida, o carro-chefe dessa grande promoção nacional. (Muito bem! Palmas.)

O Sr. Eduardo Suplicy — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy, para uma comunicação.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT — SP. Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, pela Liderança do Partido dos Trabalhadores, quero aqui transmitir aos Srs. Senadores que a ex-Ministra Luíza Erundina de Souza, ex-Prefeita de São Paulo, foi reintegrada em seus plenos direitos e deveres junto ao Partido dos Trabalhadores, por decisão, ontem tomada, do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores.

O Diretório Nacional considerou como importantes as declarações feitas por Luíza Erundina, nos seguintes termos, na mensagem que ontem encaminhou, através dos membros do Diretório, Neusa Santos, Benedita da Silva, Eduardo Jorge, Eduardo Suplicy e José Genoíno.

Disse Luíza Erundina de Souza:

“Reitero a minha vontade de permanecer no PT.

Quando aceitei ser Ministra do Governo Itamar Franco, naquele momento acreditei que estava fazendo o melhor para o País e em consonância com os compromissos que sempre defendi no PT.

Durante o tempo que passei na Secretaria da Administração Federal, pude perceber que os princípios éticos e os objetivos que nós, do PT, defendemos para o Brasil não estavam sendo praticados. Durante o tempo da minha permanência na Secretaria da Administração Federal, não transigi minimamente com os compromissos ideológicos e programáticos do nosso Partido, e foi exatamente por constatar a dificuldade de cumpri-los, até às últimas conseqüências, que me decidi a confrontar diretamente com o núcleo central do Governo na defesa desses princípios e compromissos. Essa posição de absoluta lealdade aos meus compromissos partidários me incompatibilizou com o Governo e provocou a minha saída do mesmo.

Neste sentido, submeto à instância máxima do Partido a possível revogação da sanção a mim aplicada quando aceitei o convite para integrar o atual Governo.

Na esperança de poder retornar à minha militância junto aos meus valiosos companheiros e companheiras de Partido, reitero a minha fidelidade aos ideais e compromissos do Partido dos Trabalhadores, na perspectiva de construção de uma verdadeira sociedade socialista.

Afetuosas saudações petistas a todos os companheiros e companheiras, formulando votos para que o presente Encontro prepare o nosso Partido e a nós próprios para as importantes tarefas políticas que não estão reservadas no presente e no futuro próximo.”

Por 40 votos a favor da suspensão da sanção aplicada em fevereiro último, 8 votos no sentido de que essa decisão fosse tomada pelo Encontro Nacional e 4 abstenções, Luíza Erundina de Souza foi reintegrada aos quadros do Partido dos Trabalhadores com os seus plenos direitos.

Quero saudar essa posição do Partido dos Trabalhadores, dizendo o quanto importante ela é para a vida do nosso Partido.

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite-me V. Ex^a um aparte, Senhor?

O SR. EDUARDO SUP LICY — Com muita honra, Senhor Jutahy Magalhães.

O Sr. Jutahy Magalhães — Senador Suplicy, permita que eu me manifeste sobre esse assunto, que normalmente será uma questão interna do Partido, com o qual eu, pessoalmente

não teria nada a ver, embora acompanhe os passos do Partido dos Trabalhadores, inclusive defendendo no meu Partido a prática de uma aliança com o PT. No entanto, discordo de certos termos na nota que V. Ex^a está lendo como declarações da ex-Ministra Luíza Erundina. Acredito que a ex-Ministra, no exercício de suas funções, não encontrou ações antiéticas no Governo. S. Ex^a pode ter discordado de posições do Governo, mas afirmar que saiu por questões éticas, acho que é exagero da ex-Ministra Luíza Erundina. Por isso, permito-me discordar dessa manifestação.

O SR. EDUARDO SUPLICY — Obviamente, respeito a opinião de V. Ex^a. Trata-se de uma avaliação da ex-Ministra Luíza Erundina que procurou servir, com a maior seriedade, ao Governo Itamar Franco. Quando S. Ex^a saiu do governo, nobre Senador Jutahy Magalhães, Luíza Erundina teve a oportunidade de transmitir diretamente ao Presidente Itamar Franco todas as críticas que julgava importantes sobre o atual governo. Inclusive, quero registrar que ouvi da ex-Ministra Luíza Erundina desmentido de uma declaração que lhe teria sido atribuída. Segundo se informou, nessa declaração a ex-Ministra teria usado determinado adjetivo, referindo-se ao Presidente da República, o que acabou resultando em nota formulada pela Assessoria de Imprensa do Palácio do Planalto, através do porta-voz Francisco Backer. Mas, em verdade, a ex-Ministra disse que não formulou aquela palavra. Certamente, Luíza Erundina continuará externando as suas opiniões de maneira construtiva, de maneira crítica sobre tudo que observa no Governo Itamar Franco.

De qualquer maneira, para nós, do Partido dos Trabalhadores, é importante que Luíza Erundina tenha sido reintegrada aos nossos quadros, decisão essa que será inclusive objeto de reflexão pelos delegados do encontro, que se inicia agora às 10h da manhã, deste dia 11 de junho de 1993, encontro que se prolongará até o dia 13, domingo próximo, no Centro de Convenções de Brasília. Esse Encontro irá escolher não apenas a nova Executiva, a nova Direção Nacional do PT, mas também examinará as teses sobre o momento nacional, e muito provavelmente proclamará, consensualmente, que Luiz Inácio Lula da Silva é o candidato do Partido dos Trabalhadores à Presidência da República em 1994, ainda que sem o caráter oficial da convenção que se realizará no próximo ano.

Muito obrigado.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Antonio Mariz _ Guilherme Palmeira _ Jonas Pinheiro _
Lourival Baptista _ Ruy Bacelar.

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — A Presidência recebeu o telex nº 1.250/93, de 8 do corrente, do Supremo Tribunal Federal, comunicando que aquela Corte, ao julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 574-0/600, deferiu, por unanimidade, medida cautelar suspendendo a redação dada pelo art. 29 da Lei nº 8.216, de 8 de agosto de 1991, ao art. 7º da Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960; e no art. 38, a expressão: "o art. 8º da Lei nº 3.765, de 1960".

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — Esgotado o tempo destinado ao Expediente.

Presentes na Casa 15 Srs. Senadores.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

OFÍCIO Nº S/42, DE 1993

(Em regime de urgência nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

Ofício nº S/42, de 1993, através do qual o Governo do Estado de São Paulo solicita a retificação da Resolução nº 5, de 1993, que autorizou aquele Estado a emitir e colocar no mercado Letras Financeiras do Tesouro do Estado de São Paulo. (Dependendo de Parecer).

Nos termos do disposto no art. 140, alínea a, do Regimento Interno, designo o nobre Senador Mauro Benevides para proferir o parecer em substituição à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB — CE. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senhor Presidente do Banco Central do Brasil encaminha, à consideração do Senado Federal, pedido do Governo do Estado de São Paulo para elevar o montante de reemissão e colocação no mercado de Letras Financeiras do Tesouro do Estado de São Paulo — LFTP de 83% (oitenta e três por cento) para 88% (oitenta e oito por cento), das 64.273.995 LFTP, com vencimento em 15 de junho de 1993.

A reemissão de que trata a solicitação ora formulada foi admitida por essa Casa em sua Resolução nº 5, de 27-1-93, quando o Governo do Estado de São Paulo viu-se autorizado a proceder a rolagem de sua dívida mobiliária vencedora no 1º semestre de 1993, deduzindo-se a parcela de 17% (dezessete por cento) e reemitindo-se a parcela de 83% (oitenta e três por cento) das 132.099.676 LFTP, vencíveis no período.

Em ofícios nºs 65/CAF nº 414/93, de 26-3-93, do Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, e 66/LAFF nº 076/93 de 13-5-93, do Senhor Governador do Estado de São Paulo, pleiteia o Executivo bandeirante a elevação do montante de rolagem da dívida de 83% para 88% e posteriormente, para 90%, reduzindo-se a parcela a ser deduzida para 10%, alterando-se para tanto, o disposto na citada da Resolução.

É o Relatório.

A emissão de que trata a Resolução nº 5, de 1993, do Senado Federal previa a colocação de títulos com vencimentos em 15-3-93 (67.825.681 LFTP) e 15-6-93 (64.273.995 LFTP). A rolagem dos títulos vencidos em 15-3-93 procedeu-se de maneira normal, respeitando-se os termos aprovados pela Resolução.

Em abril próximo passado, esta Comissão do Senado Federal analisou solicitação do Estado do Rio Grande do Sul relativa à rolagem da dívida mobiliária estadual, quando, em avaliação conjunta da situação dos princípios estados brasileiros, inclusive de São Paulo, decidiu pela fixação do limite de 10% (dez por cento) para a dedução do montante a ser reemitido nos vencimentos de títulos da dívida pública mobiliária do Executivo gaúcho, sugerindo a extensão de tal limite aos demais pleitos da espécie que tramitassem nesta Casa.

Inclui-se, pois, o pleito ora apreciado em disciplina já analisada e, considerando que o incremento do percentual de rolagem da dívida solicitado pelo Estado de São Paulo não compromete a análise constante do Parecer do Banco Central do Brasil (DEDIP/CODEM-92/0462) mantendo-se a operação dentro dos limites fixados pela Resolução nº 36,

de 1992, do Senado Federal, somos pela aprovação da postulação do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 47, DE 1993

Autoriza o Governo do Estado de São Paulo a emitir e colocar no mercado, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado de São Paulo — LFTP, destinadas ao giro de 90% das 64.272.995-LFTP, vencíveis em 15 de junho de 1993.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Governo do Estado de São Paulo autorizado, nos termos dos artigos 6º e 7º da Resolução nº 36/92, do Senado Federal, a emitir e colocar no mercado, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado de São Paulo — LFTP.

Parágrafo único. A emissão de que trata este artigo destina-se ao giro de 90% (noventa por cento) das 64.273.995 LFTP com vencimento em 15 de junho de 1993.

Art. 2º A emissão das Letras Financeiras do Tesouro do Estado de São Paulo — LFTP, observará as seguintes condições:

I — quantidade: a ser definida na data de resgate dos títulos a serem substituídos, deduzida a parcela de 10% (dez por cento);

II — modalidade: nominativa-transferível;

III — rendimento: igual ao das Letras Financeiras do Tesouro Nacional (mesma taxa referencial);

IV — prazo: até 1.825 dias;

V — valor nominal: Cr\$1,00;

VI — características dos títulos a serem substituídos:

Vencimento	Quantidade	Título
15-6-93	64.273.995	521825;

VII — previsão de colocação e vencimento dos títulos a serem emitidos:

Colocação	Vencimento	Título	Data-Base
15-6-93	15-6-98	521825	15-6-93

VIII — forma de colocação: através de ofertas públicas, nos termos da Resolução nº 565, de 20-9-79, do Banco Central do Brasil;

IX — autorização legislativa: Lei nº 5.684, de 28-5-87. Decreto nº 29.526, de 18-1-89. Decreto nº 30.216, de 16-8-89 e Resolução do Senado Federal nº 61, de 30-12-91.

Art. 3º Revogam-se as disposições contidas na Resolução nº 5, de 1993, do Senado Federal, referentes à presente emissão.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — O parecer conclui pela apresentação do Projeto de Resolução nº 47, de 1993, que autoriza o Governo do Estado de São Paulo a emitir e colocar no mercado, através de ofertas públicas, Le-

tras Financeiras do Tesouro do Estado de São Paulo — LFTP — destinadas ao giro de 90% das 64.272.995 LFTP, vencíveis em 15 de junho de 1993.

Completada a instrução, passa-se à discussão em turno único.

O Sr. Jutahy Magalhães — Peço a palavra, Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB — BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, não desejo, no momento, fazer uma discussão a respeito dessa solicitação do Governo do Estado de São Paulo, mas desejo chamar a atenção da Casa para que examinemos esse assunto com o devido cuidado quanto ao limite, fixado no parecer em 10%, uma vez que estamos lendo nos jornais e acompanhando as informações de que se está buscando um entendimento com os Governos estaduais para estabelecer um índice que atenda ao interesse nacional. Sei que o Senado já votou os empréstimos de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, estabelecendo esse limite, baixando, inclusive, o limite que estava previsto na proposta inicial. A Comissão de Assuntos Econômicos resolveu baixar esse limite para 10%.

Mas, no momento em que se está pedindo ao Brasil como um todo, aos Parlamentares especificamente, aos próprios órgãos do Executivo para que façam cortes orçamentários para o equilíbrio das finanças públicas, temos que verificar que esse índice de 10%, não de 12 ou de 13%, pode representar para o País um déficit de 20 bilhões de dólares. Temos que verificar também o aspecto constitucional, no sentido de que rolagem da dívida não pode ser feita, incluindo rolagem dos juros. E deveríamos verificar com mais atenção e cuidado as necessidades que o País hoje está enfrentando. Dessa maneira, não podemos votar a solicitação de São Paulo na mesma base de todas as outras que contiveram os mesmos equívocos.

Espero que, no momento em que formos votar essa questão, tenhamos a consciência do que ela poderá representar de aumento para o déficit público do País; temos que verificar se podemos fazer, também, a rolagem da dívida dos juros, se a Constituição assim permite que o façamos.

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — Continua em discussão.

O Sr. Bello Parga — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — Tem a palavra o nobre Senador.

O SR. BELLO PARGA (PFL — MA. Para discutir. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, gostaria de secundar as palavras do Senador Jutahy Magalhães, no caso em tela, principalmente sobre o aspecto da constitucionalidade.

Penso que devemos examinar com maior profundidade, fazer uma análise mais demorada, isso porque essa emissão de títulos do Governo do Estado de São Paulo é feita de acordo com a Resolução nº 5 do Senado, que é de janeiro deste ano. Em fevereiro, aprovamos a emenda constitucional chamada “de ajuste fiscal”, que tem um dispositivo que veda expressamente aos Governos estaduais fazerem emissões de títulos até o ano 2000.

Acredito que essa é uma questão que deve ser examinada com mais vagar, e me reservo para, mais adiante — porque estou vendo que não chegaremos à votação nesta sessão — trazê-la à colação.

O Sr. Jutahy Magalhães — V. Exª me permite um aparte, para dar uma explicação?

O SR. BELLO PARGA — Pois não, Senador Jutahy Magalhães.

O Sr. Jutahy Magalhães — Quero esclarecer que falei como Senador, não no exercício da Liderança, Vice-Liderança de Governo, ou de PSDB, mas apenas na minha condição pessoal de Senador.

O SR. BELLO PARGA — Agradeço o esclarecimento. Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, a votação da matéria fica adiada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — Esgotada a matéria constante na Ordem do Dia.

Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Valmir Campelo.

O SR. VALMIR CAMPELO (PTB — DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, tenho o grato prazer de falar a V. Exª, nesta sessão, sobre a atuação, em diversificados setores da vida nacional, de entidades civis que têm prestado inestimável contribuição ao desenvolvimento da cidadania de milhares de pessoas. Refiro-me ao Sesi, Sesc, Senai e Senac.

São elas instituições de caráter privado, sem fins lucrativos, que atuam em todo o Território nacional, com programas de qualificação, habilitação e aperfeiçoamento de profissionais, além de suprirem uma demanda cada vez mais premente no campo da assistência social. Por que não mencionar, também, no campo da cultura, dos esportes e do lazer?

Sr. Presidente e Srs. Senadores, para tornar mais evidente o impacto da presença dessas entidades no cenário nacional, e particularmente no do Distrito Federal, passo a enumerar algumas das ações mais expressivas a que se voltaram essas instituições, trazendo ao conhecimento dos nobres Colegas alguns dados estatísticos.

Tendo já comemorado seu cinquentenário de existência, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial — Senai — conta, hoje, com, aproximadamente, 600 centros de ensino, nos quais a instituição responde diretamente pela administração, manutenção e operação. Mas há outros 200 centros de formação profissional que atendem a necessidades específicas de algumas companhias. Em 1991, foram atendidas mais de 50 empresas, entre elas a Vale do Rio Doce, a Rede Ferroviária Federal e a Petrobrás. Além desses centros, o Senai possui ainda cerca de 250 unidades móveis, destinadas a levar cursos volantes ou de curta duração a empresas ou cidades que não podem contar com a infra-estrutura de um centro fixo. São **containers**, furgões, vagões rodoviários, kombis e barcos equipados com salas de aula e oficinas para a prática profissional.

Ao longo de sua atuação na formação de mão-de-obra para a indústria brasileira, o Senai já instruiu e preparou mais de 14 milhões de trabalhadores em suas unidades de

ensino. No ano de 1992, contabilizaram-se mais de 1 milhão e 200 mil matrículas em todo o País. Ultrapassando nossas fronteiras, o Senai se faz presente também no exterior, com programas de treinamento e aperfeiçoamento, além de assessoria a projetos em países da África e América Latina.

Em entrevista dada recentemente à revista **Veja**, um de nossos maiores especialistas em educação, o economista Cláudio de Moura e Castro, ex-diretor da Capes, aponta o Senai como “uma coincidência feliz de vários fatores que levaram à construção lenta e muito sólida de um excelente sistema de formação profissional...”

Voltado para o setor terciário da economia — Comércio e Serviços — destaca-se o Senac, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, como instituição de formação profissional que atende empregados, candidatos a emprego, empresas e empresários.

Criado em 1946, por iniciativa das lideranças empresariais do setor de Comércio e Serviços, o Senac atua em todo o Território nacional, oferecendo mais de 200 cursos em 15 áreas do setor terciário. No exercício de 1991, foram totalizadas perto de 1.300.000 (um milhão e trezentas mil) matrículas, com índices de conclusão superiores a 90%.

Contando com mais de 120 Centros de Formação Profissional, verdadeiros laboratórios de ensino, localizados nas capitais e principais cidades do interior, o Senac tem contribuído decisivamente para o desenvolvimento de recursos humanos, o setor que reconhecidamente constitui o maior patrimônio das empresas. Na busca para atingir o usuário em qualquer ponto que esteja, o Senac conta também com unidades móveis, serviço de teleeducação, atendimento a capacitação nas próprias empresas e ainda com unidades de formação profissional que operam ao mesmo tempo como empresa e como escola. Dessas últimas, são exemplos os hotéis-escola, os restaurantes-escola, salões de beleza e postos de gasolina.

Segundo o Relatório Geral de 1992, no ano de 1991 o Senac expandiu sua rede física, beneficiando comunidades que apresentavam forte demanda por cursos profissionalizantes. Entre as unidades inauguradas, destaca-se o Centro de Formação Profissional de Taguatinga, aqui no Distrito Federal, com uma área construída de 2.600 metros quadrados. Nele, há salas-ambientes para cursos de Hotelaria e Saúde, lanchonete-escola, salão de beleza, sala-escritório informatizada, 28 computadores e auditório para 170 pessoas. O Centro dispõe de equipamentos de última geração para facilitar o treinamento de alunos dos cursos de Saúde, como bonecos que apresentam reações físicas semelhantes às de um ser humano.

No âmbito do Distrito Federal, foram atendidas, no ano de 1992, mais de 26 mil pessoas, em diferentes campos de atuação. Convênios firmados possibilitaram a ampliação do atendimento a mais de mil alunos nas Cidades Satélites. Por meio do Programa de Orientação para o Trabalho, perto de 4 mil estudantes das escolas das redes particular e oficial de ensino visitaram os Centros de Formação Profissional do Senac, onde conheceram as ofertas do ensino profissionalizante e suas perspectivas no mercado de trabalho.

Destinado a prestar serviços que melhorem a qualidade de vida de seus usuários, o SESI — Serviço Social da Indústria, tem marcado notável presença na área da educação, onde é considerado o maior sistema de ensino privado do País.

De acordo com dados constantes do último Relatório Anual de Atividades, no ano de 1992 a instituição registrou quase 600 mil matrículas, em cursos que vão desde o pré-es-

colar ao regular de 1º e 2º graus e supletivo. No Distrito Federal, foram efetuadas perto de 13 mil matrículas.

Também na área de saúde o Sesi é considerado a maior rede particular existente no País, tendo atendido, em 1992, mais de 25 milhões de pessoas em ações de saúde.

O Sesi é responsável ainda por atividades em outras áreas: ambiental, cultural, de lazer e de assistência alimentar.

Nesta última, quero destacar relevante missão institucional do Sesi do Distrito Federal. Desde 1991, vem sendo praticado o programa Nossa Sopa, em parceria com a FIBRA — Federação das Indústrias de Brasília, e contando com o apoio financeiro do GDF e de empresários locais. O objetivo é suprir parcialmente a grave carência nutricional das populações de menor renda. Para os senhores terem uma idéia, foram produzidas e distribuídas, no ano passado, perto de 4.500.000 (quatro milhões e quinhentas mil) sopas, numa média diária de 18.000 sopas.

Merece destaque também o estímulo à participação do trabalhador no processo de desenvolvimento industrial do País, por meio da atribuição de prêmios aos profissionais que se destacaram em suas áreas de trabalho. Refiro-me à Campanha Operário Brasil e ao Prêmio Talento Brasileiro.

A contribuição criativa do trabalhador ao desenvolvimento da tecnologia industrial encontra incentivo e reconhecimento no Prêmio Talento Brasileiro. Todo ano o Sesi premia três novos equipamentos ou processos, escolhidos entre dezenas de concorrentes de todo o País, que incrementam a qualidade e a produtividade na indústria brasileira. O concurso também contribui para disseminar a consciência da importância do patenteamento como garantia dos direitos de propriedade intelectual.

Neste ano, o primeiro e o segundo lugares da etapa regional do Prêmio Talento Brasileiro foram atribuídos a profissionais brasilienses, funcionários das Centrais Elétricas de Brasília — CEB. Mereceram a primeira colocação o torneiro-mecânico Nicéas dos Santos e o técnico Sérgio Gomes Lourenço. Ambos criaram a tomada universal de segurança, que veda o acesso aos contatos elétricos, prevenindo acidentes, tão comuns de acontecerem no ambiente doméstico, principalmente com crianças: Ela substitui facilmente as tomadas comuns, sem necessidade de qualquer adaptação.

O segundo lugar coube ao invento também de autoria de Lourenço, em conjunto com o psicólogo Antonio Soares da Costa. Consiste de equipamento eficiente e seguro para a descida de eletricitistas dos postes das redes elétricas de alta e baixa tensão.

O Sr. Pedro Teixeira — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. VALMIR CAMPELO — Ouço V. Exª com muito prazer, nobre Senador Pedro Teixeira.

O Sr. Pedro Teixeira — Senador Valmir Campelo, o discurso de V. Exª é, sem dúvida alguma, um reconhecimento justo aos esforços que a classe empresarial desenvolve neste País, numa demonstração viva de que, quando há organização, quando o poder público não se intromete diretamente, com aquelas suas complexidades, e deixa que o empresário e o seu colegiado atue, é possível criarem-se valores como os que são criados pela Confederação Nacional do Comércio e pela Confederação Nacional da Indústria, através das suas Federações e dos órgãos de trabalho tipo Sesc, Senai, Senac e outros, tanto da área do comércio quanto da indústria. Temos vivido essas experiências no Brasil inteiro, nos hotéis

em que já tivemos ocasião de nos hospedar, nos restaurantes que são restaurantes e escolas, inclusive na Bahia existe um excelente, no Pelourinho, que é mantido e chega até a ser atração turística pela qualidade, além de preparar o interessado para ser um bom profissional da área de cozinha. Quando fiz o meu nono curso na Adesg, havia essa tese, que até chegou a empolgar, porque os exemplos vivos de eficiência e de eficácia, por parte dessas instituições, demonstravam que o Governo poderia acelerar o trabalho nesse sentido de implementar e incrementar o ensino profissionalizante. Infelizmente, ficamos à margem desse processo, e o que se vem fazendo é um esforço inaudito, numa perseverança e numa dedicação que chega até às raias de um idealismo. Como aqui, em Brasília, sabemos que tanto o Presidente da Federação do Comércio, Dr. Newton Egídio Rossi, quanto o Presidente da Federação das Indústrias, Antônio Fábio Ribeiro, deixam as suas empresas, largam seus afazeres, abandonam os seus interesses e sacrificam até as próprias famílias, trabalhando no sentido de proporcionar a geração de empregos e a criação de cursos, atuando em todos esses setores a que V. Exª se referiu. Louvo esse trabalho, por conseguinte, porque é realmente um esforço digno dos melhores aplausos, e louvo também o discurso de V. Exª, por incentivá-lo e reconhecê-lo. Desejo que esse exemplo não fique só nessa orla, nesse universo dos trabalhadores comerciário e industriário; ele deveria ser extensivo ao bancário e a outras categorias profissionais, porque se já estivesse funcionando em outros setores, com atuações como as do SESC e do SENAI, através de uma legislação a ser criada, o desemprego seria menor, profissionais mais capacitados, dos quais também há deficiência no Brasil. De vez em quando, pergunto: será que se encontram, quando se anuncia, profissionais para trabalhar em galerias de arte? Não. Por quê? Por falta de preparo, de cursos, de incentivos. A iniciativa privada, quando convocada, está dando um "sim". Mas é preciso que estudemos alguma fórmula de incentivar o ensino profissionalizante, porque, sem dúvida nenhuma, ele é de capital importância para o País. Parabéns a V. Exª

O SR. VALMIR CAMPELO — Agradeço a V. Exª Não poderia deixar, aqui, de enaltecer o trabalho que essas instituições prestam em todo o Território brasileiro. Quero ressaltar, ainda, que, na época do processo constituinte, até fiquei perplexo, porque alguns Parlamentares apresentaram emendas, extinguindo essas entidades, quando elas não recebem nenhum recurso do Governo. É um esforço, como V. Exª disse, com o conhecimento que tem, com recursos das próprias empresas e do comércio.

Sem dúvida nenhuma, são entidades que, a cada dia mais, firmam-se na sociedade, na comunidade, como entidades sérias, com credibilidade, e que prestam, realmente, relevante serviço não só a toda sociedade brasileira mas também, como V. Exª pôde notar em nosso pronunciamento, a outros países, onde essas instituições já estão penetrando e levando seus serviços a outras áreas.

Muito obrigado, nobre Senador, pelo aparte.

Considerem os senhores o quanto prêmios dessa natureza, a par de trazerem alguma recompensa financeira a seus detentores, significam em termos de reconhecimento ao esforço, dedicação e criatividade com que esses funcionários encaram seu trabalho. E considerem também que, uma vez patenteados, os inventos atravessarão nossas fronteiras levando o nome do Brasil!

Sr. Presidente, Srs. Senadores, sabemos que cabe ao Estado atender aos requisitos da educação, saúde, assistência social enfim, da população brasileira. Mas sabemos também que a amplitude dessas tarefas é de tal ordem, particularmente no momento econômico que atravessamos, que o Estado sozinho não vem sendo capaz de atender plenamente a todos os deveres que tem para com a sociedade.

Existe hoje, estimado pelo Ipea, um contingente de 14,4 milhões de família em condições de pobreza. Perto de 34 milhões de pessoas encontram-se em situação de indignidade!

Tendo presente este quadro, é de necessidade urgente que sejam chamadas a colaborar com a missão do Estado as forças vivas da Nação, as entidades civis, as representações dos mais diversos segmentos sociais. As instituições como o Sesí, Senac, Senai e Sesc, que vêm trabalhando há décadas para minorar não só as carências profissionais e educacionais, mas também as carências de saúde, alimentação e lazer de número considerável de brasileiros, prestamos nossa homenagem e reconhecimento. Constituem elas modelos de entidades privadas a atuarem em favor do desenvolvimento social e do progresso harmônico do nosso País!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Valmir Campelo, o Sr. Magno Bacelar deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Bello Parga.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) — Concedo a palavra ao nobre Senador Magno Bacelar.

O SR. MAGNO BACELAR (PDT — MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, nobres Srs. Senadores, o Orçamento da União, elaborado pelo Congresso Nacional, tem sido alvo de constantes críticas. Do esforço das Mesas das duas Casas no sentido de melhorá-lo resultou recentemente a reedição de uma nova resolução reduzindo o número de participantes para maior objetividade. E tem o Congresso Nacional sido vítima de constantes acusações, pelo fato de só agora o Governo brasileiro, o Poder Executivo, contar com verbas determinadas no Orçamento.

Mas, Sr. Presidente, esquecem a imprensa ou aqueles que procuram denegrir a dignidade do Congresso Nacional que o Orçamento de 1993 somente foi votado este ano em função de negociações com o próprio Governo. Pelo ano atípico de 1992, em que o impeachment e questões políticas resultaram em mudanças no Executivo, o Congresso Nacional, a classe política, pelo entendimento da necessidade de apoiar o Presidente da República, esperou, discutiu com o primeiro, o segundo, o terceiro e o quarto Ministro, até que, quando já não era mais possível, votou o Orçamento. Portanto, votou o Orçamento dentro daquilo que a Constituição estabelece; votou o Orçamento dentro de um plano ou de um projeto enviado pelo Governo. Os limites foram fixados pelo Executivo, tendo em vista a perspectiva de arrecadação e despesa.

Não temos dúvidas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, de que o País passa por grandes dificuldades. Saudamos, como toda a Nação brasileira, com muito entusiasmo, a escolha do Ministro Fernando Henrique Cardoso. Aceitamos e compreendemos a necessidade de corte nos gastos do Poder Executivo. É preciso — e toda a Nação brasileira, principalmente os menos favorecidos, está a clamar por isto — que haja o enxugamento da máquina, a diminuição das despesas e dos desperdícios.

Entretanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, não podemos nos calar diante de uma campanha orquestrada — não sei a serviço de quem, mas é fácil entender — para, justificando a necessidade dos cortes, jogar, contra homens de mais alta e ilibada dignidade, acusações, pechas; enfim tentando desmoralizar, totalmente, este já enfraquecido Congresso Nacional.

Temos visto a **Rede Globo**, a mesma do escândalo da Caixa Econômica e de tantos outros, ocupando espaços no horário nobre para tentar levar a opinião pública de encontro aos altos princípios democráticos que defendemos nesta Casa.

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. MAGNO BACELAR — Ouço o aparte do nobre Senador Jutahy Magalhães.

O Sr. Jutahy Magalhães — Nobre Senador, a parte inicial da minha intervenção refere-se ao aspecto genérico do seu pronunciamento. Todos reconhecemos e compreendemos a necessidade de cortes. Acredito que todos iremos apoiar essa medida, uma vez que o Governo visa, com o ajuste fiscal, a diminuição do déficit público, que vem criando problemas inflacionários ao País. Os cortes serão feitos na área do Executivo. Segundo a previsão de vários Ministros, poderão chegar até a 50% dos recursos de cada Ministério. Atingirão também a área do Legislativo, com a compreensão dos parlamentares que verificarão que certas emendas não permitem que uma obra tenha início e venha a ser concluída. É preciso fazer os cortes atendendo prioridades. Permite-me V. Exª aproveitar este aparte para falar de um problema de ordem pessoal. V. Exª citou uma transmissão da **Rede Globo**. Se eu fosse suficientemente cínico, diria que fiquei até feliz. Frequentemente, vejo filmarem reuniões das comissões e, à noite, quando chego em casa, vejo que a **Rede Globo** mostra o que está a minha direita e o que está a minha esquerda. Isso não tem nenhum significado para mim, que não tenho nem assessor de imprensa, o que demonstra que não busco aparecer na mídia nacional. Considero até ridícula tal preocupação de um vínculo de informação de vetar imagens e referências a um senador. Mas eu consegui que, por dois ou três segundos, no **Jornal Nacional**, aparecesse a minha imagem e o meu nome. É bem verdade que a intenção era dizer que eu tinha feito alguma coisa errada. Nobre Senador, já tive a oportunidade de falar aqui — e permita-me alongar um pouco o aparte — sobre a Fundação Juracy Magalhães Júnior. Trata-se de uma biblioteca situada no município de Itaparica e é a segunda biblioteca do Estado da Bahia. Possui 30 mil volumes. Ela foi construída com recursos particulares do Sr. Juracy Magalhães e a ajuda de alguns amigos pessoais, sem nenhuma participação do Estado. A construção é muito grande, e todas as instalações foram feitas com recursos pessoais do meu pai. Após a inauguração, anos depois, foram feitos alguns convênios com alguns governos, inclusive no governo anterior do Sr. Antônio Carlos Magalhães. Hoje, a biblioteca, de nível universitário, é a contribuição que o Estado dá à entidade. A biblioteca não dispõe de outros recursos. Mesmo tendo recursos previstos no Orçamento, houve uma decisão política, por parte dos que a dirigem, no sentido de não ser solicitada liberação de recursos no ano passado, por ser Ministro da Ação Social o Sr. Jutahy Magalhães Júnior. Como este ano também não foi e nem será solicitada qualquer liberação de recursos destinados à biblioteca, que, por sua vez, continua sendo mantida praticamente com recursos pessoais do Sr. Jutahy Magalhães Júnior, em homenagem à memória de um irmão falecido aos 27 anos de idade, que tinha carreira promissora na política

e era considerado um verdadeiro gênio da oratória. Busca-se, hoje, criar a imagem de que se está levando dinheiro público para atender algum interesse político ou até de ordem pessoal. Essa biblioteca não dá voto a ninguém. Quem pode dar o testemunho disso é o nosso grande escritor João Ubaldo Ribeiro, que nos honrou com sua presença durante algum tempo — mais de um ano — e lá escreveu dois de seus livros, aproveitando o ambiente tranqüilo e aquele espaço cultural da Ilha de Itaparica. A biblioteca teve por finalidade ver se surgiam naquela comunidade outros escritores como João Ubaldo Ribeiro ou lideranças comunitárias. Nobre Senador Magno Bacelar, temos a vivência política e sabemos como são aproveitados episódios como esse. Muito embora não se trate de uma comparação, uma vez que os recursos e as possibilidades são completamente diferentes, pergunto a V. Ex^a: quando a Fundação Roberto Marinho assina acordo ou convênio com o Estado, com a União, quando firma contrato com uma empresa nacional ou multinacional, isso diminui em algo o significado do trabalho que a Fundação Roberto Marinho pretende, em benefício da cultura brasileira? Logicamente, não! Nada afirmam ao difundirem a informação a que referi antes, mas lançam sorrateiramente a idéia de que há alguma coisa errada nesse sentido. Temos no País, hoje, a psicose quanto a parentes. Tivesse essa fundação um outro nome, não haveria problema. Como se trata do nome de um meu irmão, que é tio do Ministro, a questão é diferente. Mas, eu chego tentado a dizer: muito obrigado, Srs. Diretores, apareci finalmente no **Jornal Nacional**.

O SR. MAGNO BACELAR — Agradeço a V. Ex^a pelo aparte. Sou testemunha de que V. Ex^a, no momento em que foi citado pela primeira vez, veio à tribuna da Casa prestar declarações com a altivez de quem tem dignidade, caráter e é respeitado pelos seus Pares e concidadãos nesta Casa.

Sr. Presidente, falava eu da campanha desmoralizadora de que o Congresso Nacional, tantas vezes, é vítima. E, o que é mais grave, a imprensa denuncia, também, que o Presidente da Câmara dos Deputados estaria elaborando uma relação de verbas que julga desnecessárias. Não quero, Sr. Presidente, acreditar nessa notícia, porque o Presidente da Câmara dos Deputados deve saber que a composição da Comissão que elaborou o Orçamento é mista, nela o assunto foi discutido amplamente, demoradamente, ao longo de mais de oito meses e que, uma vez aprovado pelo Congresso Nacional, o assunto deixa de ser da Presidência da Câmara dos Deputados para ser um ato legítimo das duas Casas.

Se o Governo Federal necessita fazer cortes, não tenham dúvida de que todos os políticos estarão acordes.

Não estou aqui para defender verbas, estou para defender a dignidade desta Casa, para dizer que não acredito que o Sr. Presidente da Câmara, com a intenção de se reabilitar de tantas acusações, ao invés de subir um degrau, puxa todo o Congresso para o degrau de baixo. Não acredito, Sr. Presidente, não quero acreditar.

Na realidade, o que nos preocupa é o cumprimento da Constituição. Já se tornou popular a briga entre os Ministros Antônio Britto e Jamil Haddad pelos recursos para a Saúde — a Saúde que está doente, que não dispõe de recursos para atender à população sofrida. Esses recursos não estão sendo repassados com a desculpa de que eles também são inexistentes para o pagamento da aposentadoria daqueles que, humilhados recentemente em grandes filas para provar que são doentes, merecem, uma vez que tiveram seus processos examinados e aprovados.

O que se quer é que o Sr. Antônio Britto repasse os recursos orçamentários, os recursos constitucionais, e se estes faltarem, que o Governo socorra aquele Ministério e o da Saúde e que seja perpetrado a inconstitucionalidade de não serem repassados aqueles já previstos.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MAGNO BACELAR — Pois não, Senador Josaphat Marinho.

O Sr. Josaphat Marinho — E ainda há fato mais grave: a imprensa publicou, atribuindo ao Ministro da Previdência, informação de que a não-transferência do recurso era uma decisão governamental.

O SR. MAGNO BACELAR — Agradeço a V. Ex^a, autoridade e Senador a quem admiro.

Sr. Presidente, recentemente, em aparte, tive oportunidade de alertar a Casa para a necessidade de que os cortes dos gastos do Governo não atingissem a saúde, a Previdência e a educação, que também está ameaçada.

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MAGNO BACELAR — Com o maior prazer, nobre Senador.

O Sr. Jutahy Magalhães — Nessa questão dos recursos da saúde pública e da Previdência, o Presidente Itamar Franco deverá realizar, na próxima quarta-feira, uma reunião, inclusive com a participação de parlamentares de todos os partidos ligados à área de saúde, para discutir e tomar uma decisão quanto à necessidade de socorrer a saúde pública neste instante. Entendo que o repasse dos recursos deve ser imediato, de acordo com as normas constitucionais. A Previdência tem que repassar recursos para o Ministério da Saúde. Sei das dificuldades que a Previdência enfrentará no pagamento dos aposentados, e é exatamente a solução desse problema que se buscará na próxima quarta-feira. É lógico que não será tomada uma decisão nesse dia, mas tomar-se-á conhecimento de informações que poderão ser levadas pelos senhores parlamentares ligados à área. Acredito que essa decisão será tomada o mais rápido possível, porque essa é uma questão da maior importância. Acredito que no momento não devo entrar na discussão do problema, mas espero que a solução seja encontrada, não apenas na área da saúde, mas também mantendo as condições da Previdência, para que ela continue a pagar aos aposentados.

O SR. MAGNO BACELAR — Mais uma vez agradeço a V. Ex^a, nobre Senador Jutahy Magalhães. Conhecendo-o como conheço, tinha certeza de que a sua colocação seria a mesma que defendemos. Se o Tesouro tem que socorrer a Previdência, que socorra, que socorra também a saúde, mas não permita que um Ministro, em detrimento de outra Pasta, ou sob a alegação de que está com o caixa estourado, deixe de cumprir o que determina a Constituição. Abordarei agora o tema mais importante do meu desprezioso pronunciamento.

Sr. Presidente, na quinta-feira tive a oportunidade de ir ao Ministério da Educação, constatando que aquilo que eu temia e para o que alertava está sendo perpetrado, está sendo executado contra a educação da criança brasileira. Por um decreto do Ministério da Fazenda, está-se limitando a fonte 113 do Fundo Nacional de Educação, que também é constitucional.

Até admitamos que houvesse cortes na construção de escolas, colocadas pelos Srs. Parlamentares, que vêm sendo alvos de campanha difamatória, mas não se pode, em nenhuma hipótese, admitir e conceber que o Sr. Fernando Henrique Cardoso, pela formação cultural que tem, chegue a admitir a limitação da fonte 113, decorrente dos recursos repassados pelas empresas, por exigência constitucional do Fundo Nacional de Educação, e que se destinam à educação fundamental, à merenda escolar e ao pré-escolar.

Sr. Presidente, não tenho certeza de que os Srs. Parlamentares terão a grandeza de abrir mão das suas dotações em benefício da Nação brasileira, mas que não se permita neste governo, e em um dos seus integrantes depositamos tantas esperanças, o Sr. Fernando Henrique Cardoso, saudado em prosa e verso, usando uma expressão popular, "a tábua de salvação" do Brasil, que se descumpra a Constituição, principalmente na área da educação.

Não existe país forte sem povo educado. Não existe saúde sem que se tenha pelo menos os conhecimentos preliminares de higiene e de como mantê-la.

Sr. Presidente, voltarei ao assunto. Estou disposto a abrir mão de tudo. Não estou defendendo verba. Estou defendendo a Casa, volto a dizer. Mas não tenham dúvidas, Srs. Senadores, de que serei capaz de ajuizar uma ação popular contra os que — sejam eles quem forem, Ministro da Previdência Social, Ministro da Saúde, ou até mesmo a grande esperança, que é Fernando Henrique Cardoso — deixarem de cumprir a Constituição, contra os que tentarem fechar os olhos da nossa juventude para a educação, a pretexto de dizerem que se precisa cortar verbas, num governo que chegou a tratar da criação de dois Ministérios, por motivo de acomodação política:

Por um lado, precisa-se cortar verbas, sacrificar a Nação brasileira e, pelo outro, precisa-se acomodar politicamente partidos que pretensamente dariam apoio ao Poder Executivo. Tudo isso se concebe, mas não aceitamos o corte de verbas destinadas à educação, um crime com o qual não concordamos. Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jonas Pinheiro. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Aureo Mello. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Antonio Mariz.

O SR. ANTONIO MARIZ (PMDB — PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores caracterizou-se, de forma nítida e traumática, a seca do Nordeste, que neste ano completa um ciclo de quatro anos contínuos de estiagem, revelando-se num dos mais trágicos da história regional.

Se é verdade que a seca se identifica pela irregularidade das chuvas, no ano em curso simplesmente não houve chuvas. Foi a mais absoluta das secas de que se tem notícia na história do Nordeste.

Esse fato leva, como é do conhecimento nacional, a consequências dramáticas do ponto de vista social e econômico. São as populações rurais que, vendo frustradas as suas culturas, deslocam-se para a zona urbana em busca de trabalho, em busca de renda para a sua própria manutenção e, com isso, tumultuam a vida das cidades e oferecem, aos olhos do País, o espetáculo da pobreza e da miséria que, infelizmente, estigmatizam essa região do Brasil. Portanto, Sr. Presidente, é preciso analisar que providências foram tomadas pelo Governo Federal diante desta calamidade.

Não é a primeira vez, evidentemente, que ocorrem secas. É fenômeno cíclico, repetido a cada período aproximado de 10 anos, e é de se estranhar e lamentar que, não obstante a perfeita previsibilidade do fenômeno meteorológico, sempre sejam surpreendidos os governos, sempre estejam despreparados os órgãos da Administração Federal para enfrentar os distúrbios e as perturbações resultantes da longa estiagem. Este ano, particularmente, tem sido escassa a ação do Governo, tem sido morosa a tomada de providências, tem sido extremamente avara a ação governamental.

Criaram-se frentes de emergência, chamadas produtivas, para empregar essas populações rurais, concentradas ou não nas cidades, tangidas pela falta de chuvas. Mas essas frentes foram compostas de forma limitada e insuficiente. No Estado da Paraíba, abriram-se cento e quarenta e oito mil vagas, número que pode parecer expressivo, em termos absolutos, mas que se revela em sua insignificância quando se sabe que, em períodos semelhantes, no passado recente, chegou-se a criar até quase quinhentas mil vagas nas frentes de emergência no Estado.

Alega-se o problema orçamentário e financeiro do País, a crise que vive, sobretudo, o Governo Federal, com seus cofres esvaziados, com uma situação, segundo as palavras dos sucessivos Ministros da Fazenda, pré-falimentar da República.

Na verdade, sabe-se que não é isso, não se trata disso. Trata-se, na realidade, de estabelecer prioridades, de estabelecer políticas, de estabelecer uma ordem de preferência para os gastos públicos. Parece-me que nada pode ser mais relevante, nada pode reclamar de forma mais intensa a ação do Governo do que o problema da fome aguda de milhões de brasileiros atingidos pela seca na região.

Outro aspecto extremamente grave é o dos salários pagos nessas frentes produtivas. Foi estabelecido — pasmem Srs. Senadores, pame a Nação — meio salário mínimo para pagar a esses trabalhadores, em valores de abril, quando o salário mínimo representava a metade do atual.

Pois bem, esses números não foram atualizados. As frentes continuam a pagar a metade do salário mínimo de abril, ou seja, a importância ínfima de 850 mil cruzeiros mensais, divididos em duas parcelas por quinzena. O Governo se faz de desentendido e não atualiza esse mísero salário, que representa ou deveria representar a metade do mínimo.

É de fato inacreditável que o Governo da República possa oferecer esse exemplo à atividade econômica do País, não apenas deixando de pagar o mínimo, mas também não atualizando a metade desse salário de fome. Esse salário, segundo vem sendo denunciado pelas organizações sindicais, pelo Dieese, como extremamente defasado em relação aos valores anteriores e incapaz de assegurar a cesta básica à família trabalhadora.

A par disso, adotou-se, movido pela justa preocupação com a "indústria da seca", uma série de medidas de ordem burocrática para assegurar o alistamento nessas frentes. Só que os excessos burocráticos levam a que os pagamentos não se efetivem regularmente.

Na última semana, na Paraíba, em algumas cidades, houve motins populares, houve revolta dos trabalhadores rurais, porque ao comparecerem às cidades para receber esses míseros salários foram informados de que não se encontravam no banco as listas referentes a essa indenização.

Por esse motivo, reclama-se por providências complexas para que se façam os pagamentos devidos, listas que devem

ser remetidas à Capital do Estado, que devem ser reduzidas a códigos de computador nos bancos para, ao final, serem transmitidas às sedes urbanas onde o pagamento deve se efetuar. Considere-se, ainda, o fato de que nem todas as cidades têm agências bancárias.

São muitos os atos que revelam a insensibilidade com que se trata esse problema social, a iniquidade das medidas adotadas pelo Governo. Isso, como disse inicialmente, em um ano terrível, em um ano ímpar em termos de seca, quando a falta das chuvas alcançou inclusive a Zona da Mata, e outras regiões normalmente imunes aos fenômenos climáticos. Cidades como Recife e Fortaleza estão com seu abastecimento de água reduzidos a coisa alguma, há racionamento de água nessas duas capitais, as maiores capitais do Nordeste e duas das maiores cidades brasileiras.

Quer dizer, num ano como este, que tem a configuração clara de uma tremenda calamidade, tarda o Governo em tomar providências e, quando as toma, o faz de forma insatisfatória.

Analisando-se o quadro constante e permanente do Nordeste, as suas estatísticas, o nível das suas atividades econômicas, vê-se com que desinteresse, com que desprezo têm sido tratadas as questões regionais.

A falta de uma política agrícola conseqüente levou a que as culturas básicas do Nordeste fossem destroçadas, como a do algodão e a do sisal. A Paraíba, que represento no Senado Federal, na década de 30 chegou a ser o Estado maior produtor de algodão do Brasil e foi, até recentemente, o maior produtor de sisal ou agave. No entanto, essas culturas hoje estão simplesmente exterminadas por falta de ações governamentais, por falta de políticas agrícolas. Não se faz no País o zoneamento, não se cuida do aspecto de algumas regiões que têm uma vocação única, exclusiva para determinadas culturas. No caso do semi-árido nordestino, são as culturas xerófitas, culturas que reclamam o mínimo de água para o seu desenvolvimento.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. ANTONIO MARIZ — Pois não, Senador.

O Sr. Josaphat Marinho — Nobre Senador, no seu pronunciamento V. Exª cuida de um dos problemas cruciais da federação brasileira: o desequilíbrio entre suas regiões. A Constituição menciona reiteradamente a necessidade da elaboração de planos nacionais, regionais e setoriais, inclusive para garantir o desenvolvimento nacional equilibrado. Desses planos não se cogita, porque os Governos, inclusive o atual, querem sempre permanecer nas providências ocasionais ou circunstanciais.

O SR. ANTONIO MARIZ — Muito obrigado a V. Exª, nobre Senador Josaphat Marinho, pelo seu aparte. V. Exª tem inteira razão, as suas assertivas se inscrevem na linha do que pretendo seja o meu pronunciamento. Agradeço-lhe a solidariedade e a sua inestimável contribuição ao discurso que faço neste momento.

O problema do algodão e do sisal a que me referia é ilustrativo sobre o desprezo com que o Governo da República trata as regiões subdesenvolvidas. Não se agiu de nenhum modo no sentido de proteger essas culturas regionais, ao contrário, permitiu-se o estabelecimento de concorrência predatória entre as zonas mais férteis e de clima mais regular do sul do País com as zonas semi-áridas nordestinas. Hoje, é impossível ao Nordeste competir, em termos de cultura algodoeira, com regiões favorecidas como o Paraná e determinadas áreas do Estado de São Paulo.

Essas culturas simplesmente desapareceram e a atividade econômica no semi-árido está praticamente reduzida à pecuária — a pecuária extensiva, a pecuária sem as tecnologias e sem o apoio de um sistema de crédito que a viabilize sob o ponto de vista econômico. E, mesmo aí, na atividade pecuária, é preciso que se veja a absoluta ausência de qualquer medida que a proteja neste instante, não há nenhuma linha de crédito especial neste momento de crise econômica provocada pela seca.

Ainda, há poucos dias, neste plenário, o nobre Senador Garibaldi Alves Filho fazia exaustiva exposição sobre as linhas de crédito do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste, demonstrando sua inviabilidade, de que os créditos, porventura concedidos, sejam, amanhã, saldados, dado o caráter extorsivo e leonino dos juros e correções monetárias estabelecidas por agências do Governo Federal.

Trata-se de uma indiferença absoluta, uma incapacidade completa de compreender a gravidade da situação numa região que tem, segundo o Ipea, 45% das famílias pobres do Brasil, seis e meio milhões de famílias, ou 29,9 milhões de pessoas. Destas, 58% indigentes, 19 milhões de pessoas. Na área rural estão 55,2% dos pobres rurais do Brasil. São números do Ipea, órgão do Governo.

No entanto, não se pense que, apesar das desigualdades regionais a que se referia o Senador Josaphat Marinho, estejam as outras regiões do Brasil em situação diferente. Por incrível que pareça, o Nordeste apenas mostra, ampliadas, as mazelas do País.

O Brasil, segundo estudo de qualidade de vida da ONU, está, agora, no 70º lugar, atrás de nações sul-americanas, ou latino-americanas, como a Costa Rica, que é o 42º país, ou o Uruguai, que é o 33º país.

Os números do Anuário Estatístico do IBGE, referentes ao Censo de 1991, mostram que a "Belíndia", de que falou o Economista Edmar Bacha, não reflete um mosaico geográfico do Brasil, não expressa uma realidade em que regiões justapostas tivessem, ora a economia desenvolvida da Bélgica, ora a indigência ou a pobreza indianas. Não é essa justaposição de regiões. A "Belíndia" está em cada ponto do Brasil; a miséria e riqueza convivem em cada grande cidade, nas regiões mais ricas do País. Os números do IBGE são escandalosos na denúncia do problema da concentração de renda, do qual o Nordeste é a vítima por excelência. A concentração se faz no plano social, se faz no plano geográfico e territorial; faltam políticas integracionistas que restabeleçam o desenvolvimento equilibrado.

Os números são eloqüentes por si mesmos, e aqui me refiro apenas ao aspecto da qualidade da habitação. O anuário do IBGE registra que, em São Paulo, a mais rica das cidades brasileiras, está o maior número de favelas deste País: são 594 favelas, com 134.448 domicílios, que representam 5% dos seus domicílios. Se tomarmos os dados de uma instituição pública do próprio Estado de São Paulo, a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, veremos números ainda mais volumosos: há 450 mil famílias miseráveis na Cidade de São Paulo, o que representa 1,7 milhão de pessoas, ou seja, 11,3% da população da capital paulista. É um número escandaloso, que fere a sensibilidade de quantos tenham um mínimo senso de justiça.

Vê-se por aí que a questão nordestina é uma questão nacional; é a questão da desigualdade, do contraste de rendas, resultante da não-adoção de políticas de distribuição de renda. Nada há neste sentido. Sucodem-se ministros da Fazenda e

do Planejamento, sucedem-se planos, mas nada se faz de objetivo, de real no sentido de uma política justa de salário, uma política tributária distributiva, nada que permita prever, num futuro próximo, a melhoria das condições sociais deste País. Esta é a trágica realidade.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ANTONIO MARIZ — Pois não, Senador Josaphat Marinho.

O Sr. Josaphat Marinho — Tanto é correto o que V. Ex^a sustenta que o próprio Governo, ao elaborar recentemente o seu plano, o dito Plano de Ação, confessou que há 32 milhões de brasileiros que vivem em estado de miséria.

O SR. ANTONIO MARIZ — É exatamente isso. Mas essa política nunca se torna prioridade. Não há dúvida de que existe, por parte do Governo, uma preocupação de natureza social; o próprio Presidente Itamar Franco tem sido pródigo em declarações e em profissões de fé política que revelam seu mal-estar diante desse quadro de miséria. Mas, quando vêm os planos econômicos, quando vêm os programas de longo prazo, não se identifica aí nada que represente uma alteração da política de distribuição de rendas; e, com isso, persistem as injustiças sociais, agravam-se as desigualdades regionais.

Precisamos, em suma, de uma política autêntica de desenvolvimento que promova efetivamente o bem-estar das pessoas, homens e mulheres; que tenha como objetivo a pessoa humana, a cidadania, o progresso, o crescimento econômico deste País.

Insisto ainda nos dados do "Anuário Estatístico", para que se tenha uma idéia de como é generalizado o problema. Porto Alegre, possível capital da chamada "República dos Pampas" — segundo pesquisa do **Data-Folha**, 32% de sua população defende a separação do Estado, para a criação daquilo que seria a "Bélgica brasileira", talvez a região mais próspera do Brasil — tem 69 favelas, 25.371 domicílios nas favelas, 6,5% dos domicílios; Belo Horizonte: 103 favelas, 51.735 domicílios em favelas, 10% do total; Rio Janeiro: 394 favelas, 203.226 domicílios favelados, 12,4% do total; Recife: 223 favelas, 131.325 domicílios favelados, 42% do total; Laranjal do Jari, no Amapá: uma única favela com 2.802 domicílios, representando 59,9% do total de domicílios do Estado. Este é o quadro do Brasil inteiro.

Portanto, a questão não é apenas nordestina. O Nordeste não é uma realidade à parte, não está segregado do Brasil. Ali os problemas são certamente mais graves, mas seus males de ordem econômica e social são próprios de todo o País e, por isso mesmo, reclamam uma ação efetiva do Governo, no que diz respeito ao lançamento das bases de uma política de médio e longo prazo que objetive estabelecer justiça social neste País.

Celso Furtado, em entrevista recente, assim como no seu último livro, refere-se ao problema do separatismo, mostrando que ele está baseado na nova realidade brasileira e mundial. A internacionalização da economia e o fato de que a atividade produtiva no Brasil se volta cada vez mais para a exportação levam a que se criem as bases objetivas do separatismo. O abandono do mercado interno, a inexistência de um grande mercado interno é consequência da pobreza monumental existente no País.

Como lembrava o Senador Josaphat Marinho, há 32% de indigentes, e, se formos à categoria imediatamente supe-

rior, a da simples pobreza, teremos, segundo o Ipea, 65 milhões de pobres no Brasil, o que representa 43% da população. Isto leva os Estados federados a concentrarem o seu relacionamento econômico com o exterior, desprezando, negligenciando as demais Unidades da Federação. Os sapatos produzidos no Rio Grande do Sul, por exemplo, não são fabricados para calçar brasileiros, e, sim, americanos e europeus; a carne produzida em Santa Catarina tampouco alimenta brasileiros, mas, sim, as nações petrolíferas e as da Europa; os milhões de toneladas de soja do Paraná não se destinam ao estômago dos brasileiros, mas à engorda de bois europeus e americanos. Do mesmo modo, o suco de laranja de São Paulo não vai para a mesa dos nossos patrícios, mas vai enriquecer americanos, europeus e até nações asiáticas. Essa é a dura realidade.

Então, se não há mercado interno, e se as relações econômicas se estabelecem preferencialmente com o estrangeiro, estão aí lançadas as sementes do separatismo. É essa questão de natureza econômica que nos deve preocupar fundamentalmente, que deve despertar, alertar o Brasil para a sua triste realidade, cuja causa, no fundo, reduz-se à questão social: à miséria, à injustiça e à desigualdade.

O traço característico dominante dos governos no Brasil, das elites dirigentes, dos quadros dos que detêm o poder econômico, da cúpula nacional é a crueldade; é a incapacidade de agir com senso de humanidade, com bondade. É uma classe dirigente cruel.

Isso se manifesta, sob todos os aspectos, nessas políticas que venho aqui denunciando. Quando se analisam as ações do próprio Governo Federal, lá está igualmente a crueldade. Ainda há pouco — e cito apenas um exemplo superficial, de passagem — no episódio do reajuste salarial do funcionalismo público, milhares de funcionários públicos brasileiros, com reajustes assegurados no mês de maio, não alcançaram o salário mínimo. O Serviço Público brasileiro não garante o salário mínimo aos seus servidores; prefere adotar artifícios como abonos e outras complementações salariais e, com isso, subtrai-se das obrigações sociais, das contribuições à Previdência.

É esse o exemplo dado pelo próprio Governo; é a crueldade, é o fato de não assegurar, em momento algum, prioridade à questão social. O problema dos salários, o problema do nível de vida das pessoas, é sempre perfeitamente cortável, é sempre perfeitamente suprimível nos planos de governo.

E se é assim em relação ao próprio serviço público, onde está a ação mais direta do Governo? Onde se reclamaria com mais propriedade a eficiência, a qualidade, se assim age o Governo? Como haveria de agir em relação aos pobres flagelados das secas nordestinas?

E o salário mínimo de abril pela metade não se reajusta. Num país de economia indexada, em que os ricos têm o seu dinheiro corrigido diariamente, não há correção para o salário do trabalhador rural nordestino. É o trabalho remunerado pela metade do antigo salário mínimo: 850 mil cruzeiros mensais. Isso é um escárnio ao País, isso é um escárnio ao mais legítimo sentimento de justiça; não podemos aceitar isso.

Por outro lado, o programa de emergência continuará somente até julho. Ora, quantos conhecem um mínimo da região sabem que a seca mal se iniciou — o período de chuvas devia concluir-se no mês de maio; em algumas regiões, no mês de junho. Simplesmente não houve o período de chuvas; a seca está instalada. Só no final do ano, em dezembro, em algumas parcelas da região — em janeiro, na maior parte do Nordeste —, é que poderão ser retomadas as chuvas.

Esse é o período normal, de dezembro a maio, abrangendo praticamente toda a região nordestina; mas o período intermediário é de absoluta seca. Então, como se programa uma frente de emergência, chamada produtiva, por três meses apenas? Essas frentes deverão ser suspensas em julho, no auge do período seco, quando mais grave for a situação econômica dos trabalhadores rurais, que terão consumido os poucos grãos, porventura salvos da estiagem. É no auge da seca que se pretende encerrar o programa de emergência!

Sr. Presidente, deixo aqui essas palavras de alerta, também de protesto e de indignação, ao ver milhões de brasileiros tratados de forma injusta, iníqua, cruel; ao ver esse traço da crueldade das elites brasileiras acentuado, quando a questão é das regiões subdesenvolvidas, das regiões pobres do País!

Espero que o clamor desses milhares de trabalhadores possa sensibilizar os ouvidos das autoridades da República.

O Sr. Elcio Alvares — Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador Antonio Mariz?

O SR. ANTONIO MARIZ — Pois não, Senador Elcio Alvares.

O Sr. Elcio Alvares — Senador Antonio Mariz, o seu discurso, que tive oportunidade de ouvir praticamente na íntegra, é o retrato dessa situação contra a qual todos nós temos lutado. Inclusive, a sua voz é muito importante, porque representa um Estado da mais alta expressão, que é a Paraíba, incluída nesse contexto de sofrimento. A Comissão que estuda o desequilíbrio interregional brasileiro está exatamente preocupada em mostrar, dentro de um planejamento integrado do Brasil, que as soluções, principalmente, para determinadas regiões — e aí incluo o Nordeste —, devem ser feitas em conjunto. Ou seja, o Brasil não pode, de maneira alguma, ficar repetindo, cada vez mais, esses quadros que temos visto por aí afora, de extrema miséria, até certo ponto, em razão da inércia dos programas que têm sido feitos em favor dessas grandes massas, que são massas permanentemente atormentadas por intempéries e fenômenos da natureza. Nobre Senador Antonio Mariz, desejo apresentar a V. Ex^a, neste momento, a minha solidariedade e os meus cumprimentos. Não tenha dúvida de que sua voz, sempre destemida, sempre ativa, muito realista diante da problemática brasileira, merece ser ouvida neste instante. Portanto, a minha solidariedade e a certeza de que pronunciamentos como o de V. Ex^a servirão para advertir àqueles que têm a responsabilidade de governar o Brasil para esses problemas que estão se transformando em problemas crônicos, mas que precisam, na verdade, de uma solução integrada, que é a grande proposta que o Senado Federal está levando, juntamente com a Câmara dos Deputados, ao Presidente da República, para fazer um planejamento integrado, a fim de que o Brasil não mais assista, doravante, a esse desequilíbrio econômico que é tão negativo, não só para a economia brasileira, mas especialmente para o homem brasileiro.

O SR. ANTONIO MARIZ — Muito obrigado, nobre Senador Elcio Alvares, pela sua solidariedade que é muito importante no meu discurso. V. Ex^a representa um pequeno Estado da Federação, o Espírito Santo e, certamente, isso aguça a sua sensibilidade para os problemas que estou aqui abordando.

Ao concluir as minhas palavras, Sr. Presidente, reitero aqui o protesto em favor da atualização dos salários das frentes

produtivas, da ampliação do número de vagas e, sobretudo, da extensão do programa até o final do ano, pelo menos, quando se espera possa terminar essa catástrofe, que é a seca, e se reinicie um período normal de inverno na região nordestina.

Muito obrigado. (Muito bem!)

O Sr. Elcio Alvares — Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) — Concedo a palavra ao nobre Senador Elcio Alvares, que falará como Líder.

O SR. ELCIO ALVARES (PFL-ES. Como Líder. Pronuncia Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores tive a oportunidade, na semana passada, de pronunciar um discurso marcado pela angústia, porque, diante das declarações do Deputado José Linhares, tínhamos um quadro que já no Espírito Santo era constatado de maneira flagrante, ou seja, a possibilidade de fechamento das santas casas de misericórdia e das entidades filantrópicas que cuidam da saúde do povo.

Naquela ocasião, fiz alusão a uma reportagem inserida no *Jornal de Brasília*, na qual o Deputado José Linhares, que é o Presidente da Confederação das Misericórdias, pintava com tintas fortes o verdadeiro caos que haveria se não fossem providenciados os aportes financeiros devidos pelo Governo, em virtude de trabalhos de saúde prestados por essas entidades.

No mesmo dia, tive a oportunidade de ver, através do *Jornal Nacional*, uma reportagem em São Paulo, mostrando também que a Beneficência Paulista, que tem o empresário Antonio Ermírio de Moraes como seu líder, ameaçava fechar as portas, já decretando praticamente a falência do sistema de pronto-socorro.

Em uma reunião que tive com o Ministro Fernando Henrique Cardoso, S. Ex^a teve a oportunidade de afiançar, com muito empenho, que procuraria uma solução em um prazo de dez dias.

Agora, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Presidente Itamar Franco deu prioridade ao pagamento das dívidas atrasadas com as santas casas e entidades filantrópicas e, de imediato, já naquela sexta-feira, o Presidente determinou o pagamento do mês de março, restando ainda as dívidas de abril, maio e junho.

Tomei conhecimento de que o Ministro Fernando Henrique Cardoso está providenciando agora o pagamento do mês de abril, e aí só restarão as dívidas de maio e junho.

Sr. Presidente, tenho também uma outra notícia que gostaria de registrar — e perdoem-me o caráter regional.

Falei, com muita ênfase, do Governador Albuíno Azevedo — do qual não sou companheiro, não pertencço à mesma legenda, até estou num grupo de oposição — e fiz a S. Ex^a um apelo dramático, no sentido de não deixar a Santa Casa de Misericórdia de Vitória fechar as portas, porque o Provedor Luiz Buaziz tinha me passado, realmente, um quadro de angústia, de penúria financeira, e já estava praticamente exausto, na expectativa da ajuda do Governo Estadual.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ELCIO ALVARES — Pois não, Senador Josaphat Marinho. Muito me honra o seu aparte.

O Sr. Josaphat Marinho — Acrescendo apenas um informação a tudo quanto V. Ex^a está dizendo, quero acentuar

que na Bahia, ainda esta semana, o principal jornal do Estado. **A Tarde**, noticiava as dificuldades por que passam os hospitais, em grande parte pelo atraso do pagamento pelo Inamps, e ressaltava a situação do Hospital Aristides Maltês, que é um hospital que trata da doença do câncer, inclusive com serviços gratuitos à população, mas que não está devidamente amparado.

O SR. ELCIO ALVARES — É uma notícia muito importante, porque acho que o problema da saúde, Senador Josaphat Marinho, tem que ser revisto no Brasil inteiro. Na verdade, houve incúria em relação a esses pagamentos.

Gostaria até de aduzir, na expectativa de arranjar um internamento, a situação de um professor universitário do Espírito Santo. Ele tem um problema sério de fígado, dependente de transplante. Tomei conhecimento desta organização admirável que é o Instituto do Fígado e, para tristeza minha, verifiquei que o instituto não recebe as verbas que lhe são devidas. A exemplo desse professor universitário de Vitória, cerca de doze outras pessoas estão na expectativa de um transplante, uma operação que custa US\$50.000, se não houver a subvenção oficial.

Busco, talvez, uma exceção na regra geral da doença. Mas é muito triste saber que dez brasileiros que não podem pagar estão na iminência de morrer, porque o Instituto do Fígado não pode realizar aquilo que era a proposta básica daqueles que se dedicam exatamente a este setor de medicina.

Prosseguindo, quero fazer este registro: o Governador Albuíno Cunha de Azeredo, depois do apelo, dirigiu-se ao Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Vitória. E numa visita que ali realizou, mandou antecipar — antecipar não, porque o Estado já devia — da dívida um pagamento de três bilhões de cruzeiros, que serviu para aliviar. Aí quero destacar a dedicação daqueles que trabalham na Santa Casa, principalmente do médico Luís Buaziz, que, como estava na iminência o fechamento do pronto-socorro, mandou reabri-lo. Infelizmente, na Capital do meu Estado, o único lugar onde o pobre pode ser atendido é a Santa Casa, porque o sistema de hospital hoje da rede privada é inteiramente inacessível para aqueles que não têm fonte nenhuma de rendimento.

A área da saúde do meu Estado, infelizmente, está muito mal administrada dentro de um parâmetro político que não constrói, e isso vem dando resultados altamente negativos.

Portanto, nesse momento em que o Ministro Fernando Henrique Cardoso se prepara para realizar cortes no Orçamento para reajustar a economia, dentro da realidade que estamos vivendo, quero deixar aqui, com os meus cumprimentos à sensibilidade do Presidente Itamar Franco e do próprio Ministro Fernando Henrique Cardoso, um apelo veemente, dramático e, até certo ponto, altamente esperançoso na ação do Presidente, para que não permitam, nesses cortes, qualquer gravame em relação às verbas de saúde, pois as santas casas, as entidades filantrópicas e todos aqueles que dependem do Inamps estavam sem receber, praticamente com quatro meses de atraso.

Em um país como o Brasil, cuja inflação já passou do patamar de 30% e os juros bancários são cobrados de maneira exorbitante, passando de 40%, qual é o quadro? Para não fecharem, as entidades filantrópicas e santas casas são obrigadas a tirar dinheiro do banco. E no momento em que têm o atraso de 30%, que é a inflação mensal, mais os 40% de juros, praticamente elas são obrigadas a um desembolso real de 70% de serviços já efetuados.

Como se não bastasse isso, hoje um dos problemas mais sérios na vida do brasileiro é o preço dos remédios. E as santas casas e as entidades filantrópicas, que não podem pagar, aos poucos vêm os medicamentos essenciais sumirem das suas prateleiras, fazendo com que a saúde do povo seja altamente prejudicada.

Como falei naquele dia, sensibilizado, tocado mesmo pela angústia do Provedor da Santa Casa de Misericórdia, tângido pela entrevista do Deputado José Linhares, quero fazer este registro em reconhecimento ao Presidente Itamar Franco pela sua sensibilidade e também ao Ministro Fernando Henrique Cardoso, que já estão tomando as medidas necessárias para que não sejam, nessa briga das instituições de saúde com a Previdência, sacrificados exatamente os mais carentes, que têm necessidade das verbas oficiais.

Sr. Presidente e eminentes Senadores, na certeza de que a reformulação do Orçamento vai dar prioridade absoluta às verbas destinadas às santas casas e entidades filantrópicas, deixo aqui o meu apelo às autoridades competentes.

Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) — Concedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PTB — AP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, é fato público, de conhecimento geral, que há muita fome no Brasil e que milhões de patricios nossos sofrem de desnutrição por causa dela.

A fome brasileira é uma realidade demasiadamente gritante para ser tapada com a peneira, para tentar-se escondê-la dos olhos do mundo.

Representante do Ministério Social, Antônio Mazzarioli André, defendeu, lá em Belém, durante o IVº Seminário de Política de Assistência Social, o engajamento de toda a sociedade na luta para reverter o quadro de miséria absoluta em que vivem 32 milhões de brasileiros. Esquálidos, esfarrapados, duas mil trabalhadores rurais, mortos de fome, saquearam os abarrotados depósitos da Prefeitura de Monte Santo, no sertão da Bahia, e carregaram mais de 49 toneladas de feijão, doados pelo Governo Federal, mas que não haviam ainda sido repassados aos famintos.

A Deputada Marilu Guimarães, do PFL do Mato Grosso do Sul, denuncia na Câmara Federal, durante reunião da CPI da Exploração e Prostituição Infante-Juvenil, que, movidas pela fome, há crianças de até seis anos de idade envolvidas no comércio de sexo.

Em Fortaleza, mais de mil integrantes do movimento "Jornada de Luta contra a Fome" acampam pacificamente em frente à sede do Executivo Estadual, no Palácio do Cambéba, protestando contra a fome e aguardando providências do Governo.

Em Recife, revela-se que crianças e adolescentes entre sete e dezessete anos já representam mais de 30% da força de trabalho nos canaviais da região. Deles, 90,9% começaram a trabalhar entre sete e treze anos de idade; são movidos apenas pela fome.

O sociólogo e coordenador do Conselho de Segurança Alimentar, criado recentemente pelo Presidente da República, Herbert de Sousa, o "Betinho", diz no Rio de Janeiro que a luta contra a miséria tem dupla dimensão: a emergencial e a estrutural. Atuar na emergencial, sem considerar a estrutural, é contribuir para perpetuar a miséria e a fome.

Uma pesquisa feita em São Paulo, o estado mais desenvolvido e mais rico da Federação, pela Fundação Sistema Estadual de Dados, revela, para surpresa geral, que 11% das famílias da região metropolitana vivem em estado de completa miséria e fome.

A ilustre Senadora Júnia Marise defende, da tribuna desta Casa, uma ação mais pragmática do Governo Federal, apresentando dados estarrecedores, comprobatórios de que cerca de 250 mil crianças já morreram de desnutrição em uma única semana no Brasil.

As universidades brasileiras decidem, em Manaus, criar um banco de dados com resultados e pesquisas feitas em todo o Brasil, para baratear os custos dos alimentos e combater a fome a partir dos dados e informações ali armazenados.

No Rio de Janeiro, famintos, muitos, mas muitos mesmos, infiltrados por desordeiros, adotam, como rotina de alguma madrugada, o saque a alguns supermercados: é a fome desvairada convivendo com a delinquência impune, ambas cada vez mais agressivas!

Em Fortaleza, novamente, o Instituto de Psiquiatria Infantil do Ceará revela os resultados assustadores de uma pesquisa: ela indica que 70% dos quase 10 mil pacientes atendidos ambulatorialmente tiveram como diagnóstico doenças sociais, principalmente a fome.

Em São Paulo, revela-se que mais de 80% das crianças que entram nas escolas não conseguem completar o primeiro grau. A fome, a desnutrição são os fatores principais da acentuada evasão escolar.

Em Brasília, servidores do Conselho Nacional de Pesquisa, CNPq, anunciam a sua adesão em massa ao combate à miséria no País e pedem, com toda ênfase, o **impeachment** da fome entre nós.

A Bíblia diz que "há hora de falar e hora de calar". Brasileiro, patriota, que ama a família e a Pátria, acima de todas as coisas, profundamente entristecido pelo que se passa entre nós, utiliza a máxima bíblica e vejo que chegou a minha hora e a minha vez de falar — o que espero seja mais do que um simples sermão aos peixes.

Este, infelizmente, é um retrato real, com todas as sombrias cores que cercam a miséria, a fome e a desnutrição em nosso País. Somos — e isto voltou a ser revelado recentemente — a oitava economia do mundo, mas, paradoxalmente, convivemos com uma população de cerca de 32 milhões de famintos. A fome, entre nós, não pode ser negada: é endêmica e já mostra os seus terríveis resultados na formação do homem brasileiro. Por outro lado, o Produto Interno Bruto cresceu 4,36% no primeiro trimestre deste ano em relação ao último trimestre de 1992, o que nos dá a dimensão escandalosa do contraste social brasileiro. Foi o maior crescimento trimestral desde 1980, quando o IBGE começou a medir a variação do fator.

Em 1992, o País, apesar da fome e da miséria, registrou PIB de 410 bilhões e 300 milhões de dólares.

Chegamos, em razão do cadinho das grandes transformações sociais em que estamos envolvidos, a uma encruzilhada que exige da sociedade uma definição a curto, ou melhor, a curtíssimo prazo. Temos que afastar, o mais rapidamente possível, o fantasma da fome da nossa gente.

O Plano de Combate à Fome e à Miséria, lançado recentemente pelo Presidente Itamar Franco, prevendo despesas de 21 bilhões e 560 milhões de dólares, é o primeiro passo concreto que estamos dando nessa direção, admitindo-se pela primeira vez, nos últimos tempos, oficialmente, que a pobreza

no Brasil é um instrumento de extermínio da população — morre-se de fome mesmo!

Com uma população faminta, carente de todos os nutrientes, o homem brasileiro entrou num claro processo de degeneração, sacrificando ainda mais o seu biótipo padrão. Consta-se os primeiros sintomas de deficiência alimentar através dos resultados de sua insuficiência calórica e de sua pobreza energética. Isso dá início ao processo de liquidação do homem: reduz-se acentuadamente a sua capacidade de trabalho, ele passa a se cansar ao menor esforço, deixa de apresentar a eficiência dele esperada, sua força muscular cai a níveis muito baixos e torna-se impossível equipará-lo ao trabalhador oriundo de regiões ou família onde não haja fome.

O Sr. Elcio Alvares — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. JONAS PINHEIRO — Ouço o aparte do nobre Senador Elcio Alvares.

O Sr. Elcio Alvares — Quando aqui chegamos, há pouco, o Senador Antônio Mariz estava fazendo um discurso exatamente clamando esse estado de miséria que começa a assolar determinadas regiões. O discurso de V. Exª tem uma profundidade imensa. Não adianta o Brasil querer, de uma forma ou de outra, dar saltos gigantescos em determinados setores de tecnologia avançada, quando o homem, o fundamento da sociedade, está vivendo mal — diria até —, péssimamente. Temos uma obra muito importante: "A Geografia da Fome", de Josué de Castro, onde o autor situa bem o drama do brasileiro — usando daquela figura acíclica do caranguejo e o homem, um alimentando-se à custa do outro —, prestando, realmente, um depoimento muito importante através de uma obra notável sobre a problemática da fome. Quando ouvi o discurso do nobre Senador Antônio Mariz, e agora o de V. Exª, também lembrei-me de um outro romance, muito forte na literatura brasileira, de Graciliano Ramos, "Vidas Secas", em que esse quadro, que todos os dias esta sendo reprisado no plenário do Senado, é visto de uma maneira quase que gritante. Diria que essas figuras escanzeladas que, através da terra calcinada, fotografam a realidade brasileira, principalmente no Nordeste, são um apelo constante para que as vozes não silenciem. Aqui no Senado, ultimamente, a maior parte dos discursos que estão sendo realizados timbra, exatamente, em convocar a atenção do Governo para o aspecto social. Não adianta fazer uma sociedade adiantada economicamente, sob o ponto de vista de construção de estradas, de obras, muitas vezes de sentido altamente discutível, para deixar o homem à margem. Tenho, nessas duas últimas semanas, falado da tribuna — e confesso-me até certo ponto gratificado porque os primeiros resultados começam a surgir — a respeito do aspecto da saúde em favor dos mais carentes. Tomei, exatamente, a bandeira das santas casas de miséris e filantrópicas porque tenho uma proximidade muito grande com a realidade da Santa Casa de Misericórdia de Vitória e a de Cachoeiro de Itapemirim. Senador Jonas Pinheiro, a medicina não pode ser curativa, tem que ser preventiva. Nesse âmbito, o discurso de V. Exª é perfeito. Não adianta ficarmos aqui pedindo verbas para os hospitais, verbas para curar aqueles que procuram realmente as entidades hospitalares, se não estamos cuidando do fundamental, do básico. Como vamos querer uma geração bem constituída, bem nutrida, se as nossas crianças logo no início, principalmente aquelas que não têm o favorecimento financeiro, já começam a enfrentar problemas gravíssimos de subnutrição? O Brasil está vivendo ainda um problema gerado, exclusivamente, pela nossa

falta de saneamento, doença de Terceiro Mundo, o cólera. O que é mais grave, no momento em que Betinho inicia essa campanha visando conscientizar todos em favor da batalha contra a fome, é preciso que todos compreendamos que é fundamental ao Governo ter seus instrumentos para combater esse mal. Não entendi de maneira alguma, ninguém me deu explicação plausível por que aquele fornecimento de leite empreendido no Governo do Presidente José Sarney, de uma hora para outra, foi paralisado. Não entendo por que o Governo, tendo um dispositivo tão importante como é a merenda escolar, em alguns estados pequenos — aqueles que não têm a grandeza econômica dos grandes estados brasileiros — a criança vai à escola não para aprender, mas para comer a merenda escolar, não dá continuidade a esse programa. Por isso, avalio que nessa hora em que o Governo Itamar Franco quer priorizar a área social, dar ao homem brasileiro uma dignidade de vida, é preciso que o Ministro Fernando Henrique Cardoso tome medidas duras, ninguém se iluda com isso. Penso que o Ministro Fernando Henrique Cardoso está no caminho certo. Este Brasil tem abusado do direito de fazer as coisas erradas numa área tão importante como a econômica. Nós, Senadores e Deputados, devemos ter a compreensão de que o Ministro precisa priorizar em relação a determinados problemas. É incrível que alguns Senadores ou Deputados possam reclamar do provável corte de verbas no orçamento — votadas aqui no Congresso Nacional — no momento em que o Brasil se recicla na área econômica. Faço um apelo aos meus colegas Senadores e Deputados: vamos colaborar com patriotismo e com altruísmo. Nesta hora, não podemos, de maneira alguma, colocar situações políticas e pessoais à frente, em detrimento do grande interesse nacional. E nesse ponto, o discurso de V. Exª cresce para uma avaliação por parte do Governo. No momento em que se tem que podar alguma coisa, cortar às possíveis “gorduras” do orçamento — o que acho, a essa altura, muito difícil, porque, na verdade, estamos vivendo uma situação financeira delicada —, o Governo não pode restringir, de forma alguma, verbas que têm como objetivo dar ao brasileiro maior dignidade, para não transformá-lo, de maneira nenhuma, num faminto. Já que não exercitamos a medicina preventiva, vamos dar o instrumental necessário à medicina curativa para que essas entidades, que se propõem a colaborar com o Governo sem nenhum interesse, possam realizar seus programas, programas nitidamente filantrópicos e benemerentes. Cumprimento mais uma vez V. Exª, Senador Jonas Pinheiro, sempre preocupado com a problemática nacional, pelo discurso que está realizando. Manifesto também, nesta oportunidade, a convicção, a certeza de que o Presidente Itamar Franco dará praticidade às suas palavras no momento em que prioriza o social. O Brasil precisa, acima de tudo, de compreensão em favor dos mais carentes, daqueles que não têm oportunidade, sequer, de fazer uma refeição diária. Congratulo-me com V. Exª e tenho certeza absoluta, a voz de V. Exª será mais uma nesse coro imenso que se forma aqui, no plenário do Senado, clamando por medidas sociais mais humanas e mais justas para que o País não apresente, de maneira alguma, um quadro de miséria que chega a ser, em determinados momentos, assustador.

O SR. JONAS PINHEIRO — Muito obrigado pelo brilhante e enriquecedor aparte de V. Exª, nobre Senador Elcio Alvares, que, aliás, não me surpreende. De certa forma, V. Exª antecipou o fechamento do meu pronunciamento, como haverá de notar, mas isso é justamente consequência de quem

conhece a realidade do nosso País, de quem está a par dos graves problemas que afligem nossa população. V. Exª verá, no prosseguimento do meu pronunciamento, o que proponho, o que pretendo seja feito para salvar da fome e da miséria, tantas crianças, neste País.

Quando há carência de proteína, o crescimento do homem é lento, precário, deficiente e difícil. São contingentes e mais contingentes de subnutridos de estatura muito abaixo do normal. Moças e rapazes de 16, 17 anos parecem de oito e noveanos; não cresceram, não desenvolveram o intelecto tão-somente pela subnutrição, resultante da fome. Pouco temos feito para corrigir esse estado de coisas.

No Governo do ilustre Senador José Sarney, sua grande preocupação com o social o levou a criar, com grande êxito, o programa do leite para a criança carente, que chegou a atingir diretamente mais de oito milhões de crianças, quando o universo infantil, carente de proteínas, assinalado por pesquisas mandadas fazer pelo Governo, era de onze milhões delas.

O Sr. Ministro do Planejamento e dirigente do Programa, o hoje Deputado Federal Aníbal Teixeira, do PTB mineiro, conseguiu alocar cerca de dois bilhões de dólares por ano para os programas sociais. Durante o Governo Fernando Collor, o Programa foi desmontado, reduzindo-se os recursos a apenas 230 milhões de dólares, quase 10% do que era envolvido anteriormente na ação social.

O leite era posto na boca da criança certa, com um índice de desvios de apenas 7%. Além da garantia de que 93% dos pequenos carentes estavam recebendo, quando nada, um litro de leite por dia, havia também um interesse muito grande na questão da merenda escolar. É fato público e notório que a maioria das crianças que vão à escola infelizmente o fazem principalmente pela merenda, pois na quase totalidade ela se constitui na sua única refeição decente do dia.

A elevada eficiência dos programas alimentares do Governo Sarney foi medida por estudos recentes, feitos no Nordeste, segundo os quais se constatou que, entre 1986 e 1991, anos de sua vigência, a mortalidade infantil, na região, caiu cerca de 40%. Esses dados animadores podem ser encontrados em relatórios da Unicef.

O Programa da Merenda Escolar, que precisa ser retomado com a mesma intensidade e frequência que alcançou no Governo Sarney segundo — quase 30 milhões de crianças —, mostrou uma estratégia muito inteligente e humana: trouxe para a escola, para a merenda — portanto, para uma refeição/dia, nutricionalmente perfeita —, o “irmãozinho”, tão dependente, quanto o aluno, dos cuidados que a escola oferecia. Quando, por qualquer fator alheio à vontade do Governo, havia problemas no fornecimento da merenda, a frequência caía imediatamente cerca de 30%, aumentando mais, se as causas não fossem prontamente corrigidas.

Lembro que o déficit de proteínas é muito mais grave do que de calorias, porque a sua não ingestão, o que vem ocorrendo com milhões de infelizes crianças brasileiras, apresenta graves e quase sempre irreparáveis consequências. A primeira delas, que líquida com o biotipo, é o nanismo. A criança com tendência a não crescer não consegue atingir a altura ideal correspondente à sua idade, como registram as tabelas antropológicas. No Nordeste, onde a situação tem características mais graves, a redução média é de mais ou menos 20 centímetros. A segunda consequência, tão grave quanto a anterior, é a diminuição do peso também da ordem de 20%. Mais grave e muito mais triste ainda, pois nesta

época de vida é que se desenvolve o cérebro, com a redução de muitos milhões de neurônios, a massa encefálica passa a ter média de dois a três centímetros cúbicos abaixo do normal. Isso gera uma enorme incidência de deficientes mentais, e total inaptidão para a escolaridade.

É bom que a Nação saiba que, apesar da fome e da miséria, 7,5 milhões de crianças, entre 10 e 17 anos, trabalham e representam 11,6% da força nacional economicamente ativa. O sacrifício que fazem é muito grande, porque a maioria, subnutrida, tem um rendimento inferior à média dos que têm um padrão alimentar melhor.

Um relatório intranquilizador, mas real, encaminhado este ano ao Presidente Itamar Franco pelos técnicos do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), informa que, em cada grupo de dez brasileiros, dois vão dormir todos os dias com fome.

Apesar de tudo que se está tentando fazer, sabe-se agora que dos quatro milhões de crianças que deverão nascer este ano, cerca de duzentos mil delas vão morrer de desnutrição, antes que façam o primeiro aniversário.

Como se vê, Sr. Presidente, é um quadro desalentador, crescente nessa direção, a cada dia. Urge a tomada de providências incontínente. Que o Betinho inclua no seu Plano de Combate à Fome o restabelecimento do Programa do Leite e o fortalecimento da merenda escolar, experiências mais do que vitoriosas, exemplares do Governo Sarney. Diria melhor, que o Presidente Itamar Franco fizesse tocar esses programas enquanto o Betinho elabora o projeto de combate à fome. As crianças não podem esperar. O hiato deixado pelo Governo Collor não pode se ampliar, avançando no Governo Itamar.

Que o Presidente Itamar Franco dê imediatamente o passo mais importante na busca da solução para o problema; que reúna o Ministro da Fazenda, Senador Fernando Henrique Cardoso, o Ministro da Educação, Murílio Hingel, o Ministro do Planejamento, Alexis Stepanenko, o Ministro Jutahy Magalhães Júnior, da Ação Social, para a determinação das primeiras providências de alocação de recursos para operacionalização do Programa do Leite e fortalecimento da merenda escolar.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, acabo de utilizar, em defesa da dignidade nacional, o meu direito de falar. Continuarei defendendo, sempre que necessário, a adoção de programas alimentares tão eficientes quanto aqueles realizados pelo Governo José Sarney. Não é chegada a hora de calar.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, a economia brasileira enfrenta, no momento, um dos mais sérios e complexos problemas de sua história. A crise está aí, profunda e inclemente. Todos nós estamos sentindo isso na carne. Três graves distorções afloram à primeira vista: a inflação elevada, próxima dos trinta por cento ao mês; a extrema concentração de renda e as enormes disparidades regionais.

A agricultura não poderia fugir a este quadro. Apesar de estarmos produzindo cerca de setenta milhões de toneladas de grãos anuais, a produção e produtividade ainda são baixas, bem inferiores à média das nações desenvolvidas e nem poderia ser de outra maneira. Senão vejamos.

Em 1990, investimos somente 1,2% do Produto Interno Bruto agrícola em pesquisa agrícola, enquanto os Estados Unidos investiram 3%. Naquele mesmo ano, gastamos apenas 0,6% do PIB em ciência e tecnologia; os Estados Unidos, 3%. A participação do setor agrícola no Produto Interno Bruto — PIB reduziu-se de 28,8%, em 1950, para 8,9%, em 1990. Além disso, parcela ponderável da nossa população passa fome, mais de trinta e dois milhões de pessoas, segundo um estudo recente do IPEA.

De acordo com estudos efetuados pelo próprio Governo, o País necessita destinar nesta década, no mínimo, 2% do seu PIB à ciência e tecnologia, para igualar-se, pelo menos, a um país de médio desenvolvimento, como a Coreia.

É nesse contexto que a criação, no ano passado, no âmbito da Embrapa, do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária — que será viabilizado através de um projeto de apoio —, constitui, sem dúvida, um passo importante para o desenvolvimento da agricultura no Brasil. Aquele sistema havia sido instituído em 1991, por força da Lei nº 8.171, a chamada Lei Agrícola, com a finalidade de coordenar a pesquisa em nível nacional e nos estados e municípios e adequar as políticas de pesquisa agropecuária às do desenvolvimento econômico.

Pretende-se, com o sistema, atender às necessidades do País no que concerne à melhoria e expansão da produtividade agrícola, de acordo com os princípios do desenvolvimento auto-sustentado da agricultura, expresso na Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, a ECO-92, realizada no Rio de Janeiro, ano passado. Com isso, obter-se-ia o fornecimento de alimentos abundantes e de custo reduzido, sem prejuízo de lucro satisfatório do produtor, assegurando-se, ao mesmo tempo, a qualidade do meio ambiente.

A operacionalização do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária será processada através do planejamento, elaboração e execução de programas e projetos de pesquisa, e contará, inicialmente, para um período de cinco anos, de 1995 ao ano 2000, com recursos da ordem de dois e meio bilhões de dólares. Deverão participar do Sistema, a Embrapa, as empresas estaduais de pesquisa, universidades, cooperativas, associações de produtores, organizações não-governamentais — ONG, etc.

Ao criar o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária, a Lei nº 8.171 reconhecia a necessidade de a pesquisa agrícola estar ligada aos produtores rurais, às comunidades, cooperativas, à assistência técnica e extensão rural. Enfim, era preciso sistematizar e integrar toda a geração de tecnologia num órgão central, evitando o desperdício e dispersão de esforços, que, naturalmente, ocorrem em sistemas estanques.

Apesar da escassez de recursos, a Embrapa vem desenvolvendo, desde 1974, um trabalho de melhoria de tecnologia relativa a produtos básicos, como arroz, feijão, milho, soja, trigo, mandioca, leite e carnes, que compõem a cesta básica da população. Assim, vários e importantes realizações foram obtidas, na área de Biologia e conservação dos solos; no melhoramento genético da soja; na criação de novas variedades florestais; na manutenção da biodiversidade e preservação dos recursos genéticos; na produção de híbridos de alto rendimento, através da Engenharia Genética; na introdução de novas tecnologias para produção de alimentos etc.

É preciso salientar, Sr. Presidente, que esses investimentos no setor de pesquisa agrícola têm tido um retorno compensador, algo entre vinte e um e quarenta e dois por cento, o que mostra as vantagens e o interesse em alocar recursos

nesta área. Mas os gastos, como vimos antes, são ainda poucos e insuficientes. É preciso investir mais.

Por outro lado, a agricultura brasileira apresenta um quadro acentuado de disparidades regionais. A região Centro-Sul utiliza, crescentemente, insumos básicos, como fertilizantes químicos e inseticidas, em setenta por cento de suas propriedades. Também é aí que se concentra a maior mecanização agrícola, com o uso de tratores, colheitadeiras e demais implementos agrícolas. A mecanização também é maior nas culturas de exportação. Em contrapartida, conforme estatística de 1980, três quartos das propriedades rurais ainda empregavam arcaicos instrumentos manuais de trabalho, como enxada, facão, foice e machado.

A implementação do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária, através do projeto de apoio da Embrapa, tem na descentralização um suporte importante, a qual implica a delegação de algumas atribuições, tais como: alocação e administração de recursos em cada região; definição de prioridades, planos de trabalho e estrutura organizacional interna das unidades de pesquisa; coordenação relativa ao SNPA e ao Sibrater, no âmbito da região; e avaliação e acompanhamento.

A principal fonte de recursos para o projeto é o Orçamento da União. Mas a capacidade desta para novos investimentos está reduzida em função da crise econômica. Em vista disso, há que se buscarem outras alternativas, ampliando-se e diversificando-se as fontes em nível nacional e internacional, públicas e privadas.

Os financiamentos destinar-se-ão às atividades de pesquisa e desenvolvimento e de desenvolvimento institucional, como recursos humanos, construções, máquinas e equipamentos. Serão captados junto às agências internacionais ou privadas, principalmente aqueles embasados nos postulados da ECO-92. Assim, o Grupo dos Sete Países Industrializados — G-7 — contribuirá com o Brasil, através do Fundo de Conservação das Florestas Tropicais Brasileiras, com o valor de 250 milhões de dólares, para compatibilizar os objetivos econômicos e os ambientais, preservar os recursos genéticos e controlar a entrada do gás carbônico na Amazônia.

Outra fonte de recursos, em nível internacional, é o Global Environment Facility — GEF, administrado pelas Nações Unidas e pelo Banco Mundial, para projetos relativos a aspectos de degradação-desertificação e reflorestamento da terra, ou seja, aquecimento global, destruição da biodiversidade, poluição de águas internacionais e esgotamento de ozônio.

Com a implementação, Srs. Senadores, do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária, via projeto de apoio, espera-se obter a sua operacionalização, em nível nacional e regional, através de mecanismos de coordenação, articulação e financiamento de ações de instituições públicas e privadas, da formação de recursos humanos para o setor e de criação de unidades de infra-estrutura física, laboratórios, transportes e de experimentação.

Serão também elaborados, preliminarmente, programas e projetos de pesquisa e desenvolvimento agrícola, como os das florestas tropicais, caatinga, cerrados, pantanal, terraços litorâneos, várzeas. Esses projetos e programas atenderão à demanda e aos postulados da ECO-92. Os tópicos principais são: poluição híbrida e falta de água tratada; poluição do ar; resíduos sólidos e tóxicos, que contaminam as fontes de água; degradação dos solos; desmatamento; perda da biodiversidade e mudanças atmosféricas, como desastres naturais, camada de ozônio e aquecimento da terra.

O projeto do SNPA pretende priorizar as seguintes linhas de pesquisa: zoneamento ecológico-econômico das regiões; pesquisa sobre ecossistemas e suas espécies ecológicas, botânica, biologia e microbiologia do solo, fisiologia, hidrologia, climatologia, fitogeografia, conservação da biodiversidade, proteção da produtividade do solo etc.

Os programas e projetos do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária irão beneficiar produtores rurais e agroindustriais, consumidores, entidades de classe, universidades, organizações não-governamentais, instituições públicas e privadas, agrícolas e ambientais, a sociedade rural das ecorregiões e a sociedade urbana, que disporá de alimentos de qualidade, em abundância e a custo reduzido.

Sr. Presidente, como vimos, o projeto de apoio ao Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária representa, realmente, um passo importante, a nível tecnológico e financeiro, da agricultura brasileira. O Brasil, todos reconhecem, inclusive autoridades e instituições internacionais, possui um potencial extraordinário na agricultura, graças, sem dúvida, ao seu extenso território, todo ele composto de terras produtivas e férteis e clima ameno e favorável. Como dizia Pero Vaz de Caminha, em sua histórica carta ao Rei de Portugal, quando do descobrimento do Brasil: "aqui em tudo se plantando dá".

Merece, assim, cumprimentos e apoio, a iniciativa da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — EMBRAPA de instituir, através de sua Secretaria de Programas Especiais-SPE, o projeto de apoio ao Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária, para melhor capacitar, tecnologicamente, a nossa agricultura e torná-la mais produtiva e auto-sustentável. O que se espera é que a nova diretoria da Embrapa, quase que integralmente renovada, continue a incentivar os estudos, pesquisas e programas para aumentar a produtividade na agropecuária brasileira. E temos convicção de que isto ocorrerá.

Eram essas, Sr. Presidente, as considerações sobre o assunto que achamos por bem trazer a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária de segunda-feira a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 47, DE 1993

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 47, de 1993 (apresentado como conclusão de Parecer proferido em Plenário, Relator: Senador Mauro Benevides, em substituição à Comissão de Assuntos Econômicos), que autoriza o Governo do Estado de São Paulo a emitir e colocar no mercado, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado de São Paulo — LFTP, destinadas ao giro de 90% das 64.272.995 LFTP, vencíveis em 15 de junho de 1993.

— 2 —

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 44, DE 1993

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 44, de 1993 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econô-

micos, como conclusão de seu Parecer nº 166, de 1993), que dispõe, com base no art. 52, incisos V e VII, da Constituição Federal, sobre as operações de financiamento externo com recursos orçamentários da União. (Dependendo de parecer sobre as Emendas de Plenário).

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11h45min.)

**ATO DO PRESIDENTE Nº 50, DE 1990,
De Messias de Souza Costa, Analista Legislativo,
Classe Especial Padrão III
APOSTILA**

Fica alterado o fundamento legal do presente Ato de concessão de Aposentadoria, para incluir a Resolução SF nº 21/80.

Senado Federal, 11 de junho de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

**ATO DO PRESIDENTE Nº 247/1990,
De Miguel da Silva, Técnico Legislativo,
Classe Especial, Padrão I
APOSTILA**

Fica alterado o fundamento legal a que se refere o presente Ato, para incluir as vantagens da Resolução SF nº 21, de 1980 e excluir os artigos 490 e 492 do Regulamento Administrativo do Senado Federal.

Senado Federal, 11 de junho de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

**ATO DO PRESIDENTE Nº 118, DE 1991
Arnaldo Gomes, Analista Legislativo**

**Área de Processo Legislativo,
Classe Especial, Padrão III
APOSTILA**

Fica alterada para 32/35 (trinta e dois trinta e cinco avos) a proporcionalidade do tempo de serviço constante desta Ato, em virtude do servidor haver atingido mais um ano entre

a autuação do requerimento e a publicação de sua aposentadoria.

Fica alterado o fundamento legal da concessão da aposentadoria, a que se refere o presente Ato, para excluir os artigos 490 e 492, do Regulamento Administrativo do Senado Federal.

Senado Federal, 11 de junho de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

**ATO DO PRESIDENTE Nº 107, DE 1992,
De Crescília Aparecida Valloci,
Analista Legislativo, Área de Processo
Legislativo, Classe Especial, Padrão III
APOSTILA**

Fica alterado o fundamento legal do presente Ato, para incluir a Resolução SF nº 21, de 1980.

Senado Federal, 11 de junho de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

**ATO DO PRESIDENTE Nº 193, DE 1992
Joyce Marques de Barros Analista Legislativo,
Área de Taquigrafia,
Classe Especial Padrão III
APOSTILA**

Fica alterado o fundamento legal do presente Ato de concessão de aposentadoria, para incluir o art. 517, IV do Regulamento Administrativo do Senado Federal.

Senado Federal, 11 de junho de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

**ATO DO PRESIDENTE Nº 430, DE 3-11-92,
De Petronilho Rodrigues da Silva,
Técnico Legislativo, Área de Artesanato,
Classe Especial, Padrão V
APOSTILA**

Fica alterado o Fundamento legal do presente Ato de concessão de aposentadoria, para incluir a Resolução SF nº 77, de 1992, e Resolução SF nº 42, de 1993.

Senado Federal, 11 de junho de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

MESA**Presidente**

Humberto Lucena – PMDB – PB

1º Vice-Presidente

Chagas Rodrigues – PSDB – PI

2º Vice-Presidente

Levy Dias – PTB – MS

1º Secretário

Júlio Campos – PFL – MT

2º Secretário

Nabor Júnior – PMDB – AC

3º Secretário

Júnia Marise – PRN – MG

4º Secretário

Nelson Wedckin – PDT – SC

Suplentes de Secretário

Iavoisier Maia – PDT – RN

Lucídio Portella – PDS – PI

Beni Veras – PSDB – CE

Carlos Patrocínio – PFL – TO

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Pedro Simon

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Mauro Benevides

Vice-Líderes

Cid Sabóia de Carvalho

Gariibaldi Alves Filho

José Fogaça

Ronaldo Aragão

Mansueto de Lavor

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Mário Covas

Vice-Líder

Jutahy Magalhães

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Marco Maciel

Vice-Líderes

Elcio Álvares

Odacir Soares

LIDERANÇA DO PSB**Líder**

José Paulo Bisol

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Jonas Pinheiro

Vice-Líder

Valmir Campelo

LIDERANÇA DO PDT**Líder**

Magno Bacelar

LIDERANÇA DO PRN**Líder**

Ney Maranhão

Vice-Líder

Áureo Mello

LIDERANÇA DO PP**Líder**

Irapuan Costa Júnior

LIDERANÇA DO PDS**Líder**

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PDC**Líder**

Epitácio Cafeteira

LIDERANÇA DO PT**Líder**

Eduardo Suplicy

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA
E CIDADANIA - CCI**

(23 Titulares e 23 Suplentes)
Presidente: Iram Saraiva
Vice-Presidente: Magno Bacelar

Titulares	PMDB	Suplentes	
Amir Lando	RO-3111/12	César Dias	RR-3064/65
Cid S. de Carvalho	CE-3058/59	Mansueto de Lavor	PE-3183/84
José Fogaça	RS-3077/78	Garibaldi A. Filho	RN-4382/92
Iram Saraiva	GO-3134/35	Gilberto Miranda	AM-3104/05
Nelson Carneiro	RJ-3209/10	Marcio Lacerda	MT-3029/30
Antônio Mariz	PB-4345/46	Aluizio Bezerra	AC-3158/59
Pedro Simon	RS-3230/31	Divaldo Suruagy	AL-3185/86
Wilson Martins	MS-3114/15	Alfredo Campos	MG-3237/38
PFL			
Josaphat Marinho	BA-3173/74	Hydekel Freitas	RJ-3082/83
Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Marco Maciel	PE-3197/98
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Henrique Almeida	AP-3191/92
Odacir Soares	RO-3218/19	Lourival Baptista	SE-3027/28
Elcio Alvares	ES-3131/32	João Rocha	TO-4071/72
PSDB			
Eva Blay	SP-3119/20	Almir Gabriel	PA-3145/46
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Teotônio Vilela Filho	AL-4093/94
Mário Covas	SP-3177/78	Vago	
PTB			
Luiz Alberto	PR-4059/60	Afonso Camargo	PR-3062/63
Carlos De'Carli	AM-3079/80	Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36
PDT			
Magno Bacelar	MA-3073/74	Lavoisier Maia	RN-3239/40
PRN			
Aureo Mello	AM-3091/92	Ney Maranhão	PE-3101/02
PDC			
Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	Gerson Camata	ES-3203/04
PDS			
Esperidião Amin	SC-4206/07	Jarbas Passarinho	PA-3022/24
PP			
Pedro Teixeira	DF-3127/28	João França	RR-3067/68

Secretária: Vera Lúcia Lacerda Nunes - Ramais 3972 e 3987

Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas

Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa
- Anexo das Comissões - Ramal 4315

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

(29 Titulares e 29 Suplentes)
Presidente: Beni Veras
Vice-Presidente: Lourival Baptista

Titulares	PMDB	Suplentes	
Amir Lando	RO-3111/12	Aluizio Bezerra	AC-3158/59
Antônio Mariz	PB-4345/46	João Calmon	ES-3154/55
César Dias	RR-3064/65	Onofre Quinan	GO-3148/49
Cid Sabóia de Carvalho	CE-3058/60	Pedro Simon	RS-3230/32
Divaldo Suruagy	AL-3180/85	José Fogaça	RS-3077/78
Juvêncio Dias	MA-3050/4393	Ronan Tito	MG-3038/39

Ronaldo Aragão	RR-4052/53	Nelson Carneiro	RJ-3209/10
Garibaldi A. Filho	RN-4382/92	Iram Saraiva	GO-3133/34
Marcio Lacerda	MT-3029	Vago	
Vago		Vago	

PFL

Lourival Baptista	SE-3027/28	Dario Pereira	RN-3098/99
João Rocha	TO-4071/72	Alvaro Pacheco	PI-3085/87
Odacir Soares	RO-3218/19	Bello Parga	MA-3069/70
Marco Maciel	PE-3197/99	Hydekel Freitas	RJ-3082/83
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Elcio Alvares	ES-3131/32
Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Guilherme Palmeira	AL-3245/46

PSDB

Almir Gabriel	PA-3145/46	Dirceu Carneiro	SC-3179/80
Beni Veras	CE-3242/43	Eva Blay	SP-3117/18
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Teotônio V. Filho	AL-4093/94

PTB

Martuce Pinto	RO-4062/63	Valmir Campelo	DF-3188/89
Afonso Camargo	PR-3062/63	Luiz Alberto Oliviera	PR-4059/60
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Carlos De'Carli	AM-3079/81

PDT

Lavoisier Maia	RN-3240/41	Nelson Wedekin	SC-3151/53
----------------	------------	----------------	------------

PRN

Saldanha Derzi	MS-4215/16	Ney Maranhão	PE-3101/02
Aureo Mello	AM-3091/92	Albano Franco	SE-4055/56

PDC

Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	Moisés Abrão	TO-3136/37
--------------------	------------	--------------	------------

PDS

Lucídio Portella	PI-3055/57	Jarbas Passarinho	PA-3022/23
------------------	------------	-------------------	------------

PSB / PT

Eduardo Suplicy	SP-3213/15	José Paulo Bisol	RS-3224/25
-----------------	------------	------------------	------------

PP

Pedro Teixeira	DF-3127/28	Meira Filho	DF-3221/22
----------------	------------	-------------	------------

Secretário: Luiz Cláudio Vera Lúcia

Telefones: Secretaria: 3515/16/4354/3341

Sala de reuniões: 3652

Reuniões: Quartas-feiras, às 14 horas.

Sala nº 09 - Ala Alexandre Costa

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

(27 Titulares e 27 Suplentes)

Presidente: João Rocha

Vice-Presidente: Gilberto Miranda

Titulares	PMDB	Suplentes	
Ronan Tito	MG-3038/39/40	Mauro Benevides	CE-3194/95
Garibaldi A. Filho	RN-4382/92	José Fogaça	RS-3077/78
Ruy Bacelar	BA-3161/62	Flaviano Melo	AC-3493/94
Ronaldo Aragão	RR-4052/53	Cid S. de Carvalho	CE-3058/59
César Dias	RO-3064/65/66	Juvêncio Dias	PA-3050/4393
Mansueto de Lavor	PE-3182/83/84	Pedro Simon	RS-3230/32
Aluizio Bezerra	AC-3158/59	Divaldo Suruagy	AL-3185/86
Gilberto Miranda	AM-3104/05	João Calmon	ES-3154/56
Onofre Quinan	GO-3148/50	Wilson Martins	MS-3114/15

PFL

Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Odacir Soares	RO-3218/19
Raimundo Lira	PB-3201/02	Bello Parga	MA-3069/70
Henrique Almeida	AP-3191/92/93	Alvaro Pacheco	PI-3085/87
Dario Pereira	RN-3098/99	Elcio Alvares	ES-3131/32
João Rocha	MA-4071/72	Josaphat Marinho	BA-3173/75

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA
E CIDADANIA - CCJ**

(23 Titulares e 23 Suplentes)
Presidente: Iram Saraiva
Vice-Presidente: Magno Bacelar

Titulares	PMDB	Suplentes	
Amir Lando	RO-3111/12	César Dias	RR-3064/65
Cid S. de Carvalho	CE-3058/59	Mansueto de Lavor	PE-3183/84
José Fogaça	RS-3077/78	Garibaldi A. Filho	RN-4382/92
Iram Saraiva	GO-3134/35	Gilberto Miranda	AM-3104/05
Nelson Carneiro	RJ-3209/10	Marcio Lacerda	MT-3029/30
Antônio Mariz	PB-4345/46	Aluizio Bezerra	AC-3158/59
Pedro Simon	RS-3230/31	Divaldo Suruagy	AL-3185/86
Wilson Martins	MS-3114/15	Alfredo Campos	MG-3237/38
PFL			
Josaphat Marinho	BA-3173/74	Hydekel Freitas	RJ-3082/83
Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Marco Maciel	PE-3197/98
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Henrique Almeida	AP-3191/92
Odacir Soares	RO-3218/19	Lourival Baptista	SE-3027/28
Elcio Álvares	ES-3131/32	João Rocha	TO-4071/72
PSDB			
Eva Blay	SP-3119/20	Almir Gabriel	PA-3145/46
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Teotônio Vilela Filho	AL-4093/94
Mário Covas	SP-3177/78	Vago	
PTB			
Luiz Alberto	PR-4059/60	Afonso Camargo	PR-3062/63
Carlos De'Carli	AM-3079/80	Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36
PDT			
Magno Bacelar	MA-3073/74	Lavoisier Maia	RN-3239/40
PRN			
Aureo Mello	AM-3091/92	Ney Maranhão	PE-3101/02
PDC			
Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	Gerson Camata	ES-3203/04
PDS			
Espereidião Amin	SC-4206/07	Jarbas Passarinho	PA-3022/24
PP			
Pedro Teixeira	DF-3127/28	João França	RR-3067/68

Secretária: Vera Lúcia Lacerda Nunes - Ramais 3972 e 3987

Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas

Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa
- Anexo das Comissões - Ramal 4315

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

(29 Titulares e 29 Suplentes)
Presidente: Beni Veras
Vice-Presidente: Lourival Baptista

Titulares	PMDB	Suplentes	
Amir Lando	RO-3111/12	Aluizio Bezerra	AC-3158/59
Antônio Mariz	PB-4345/46	João Calmon	ES-3154/55
César Dias	RR-3064/65	Onofre Quinan	GO-3148/49
Cid Sabóia de Carvalho	CE-3058/60	Pedro Simon	RS-3230/32
Divaldo Suruagy	AL-3180/85	José Fogaça	RS-3077/78
Juvêncio Dias	MA-3050/4393	Ronan Tito	MG-3038/39

Ronaldo Aragão	RR-4052/53	Nelson Carneiro	RJ-3209/10
Garibaldi A. Filho	RN-4382/92	Iram Saraiva	GO-3133/34
Marcio Lacerda	MT-3029	Vago	
Vago		Vago	

PFL

Lourival Baptista	SE-3027/28	Dario Pereira	RN-3098/99
João Rocha	TO-4071/72	Álvaro Pacheco	PI-3085/87
Odacir Soares	RO-3218/19	Bello Parga	MA-3069/70
Marco Maciel	PE-3197/99	Hydekel Freitas	RJ-3082/83
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Elcio Álvares	ES-3131/32
Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Guilherme Palmeira	AL-3245/46

PSDB

Almir Gabriel	PA-3145/46	Dirceu Carneiro	SC-3179/80
Beni Veras	CE-3242/43	Eva Blay	SP-3117/18
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Teotônio V. Filho	AL-4093/94

PTB

Martuce Pinto	RO-4062/63	Valmir Campelo	DF-3188/89
Afonso Camargo	PR-3062/63	Luiz Alberto Oliviera	PR-4059/60
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Carlos De'Carli	AM-3079/81

PDT

Lavoisier Maia	RN-3240/41	Nelson Wedekin	SC-3151/53
----------------	------------	----------------	------------

PRN

Saldanha Derzi	MS-4215/16	Ney Maranhão	PE-3101/02
Áureo Mello	AM-3091/92	Albano Franco	SE-4055/56

PDC

Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	Moisés Abrão	TO-3136/37
--------------------	------------	--------------	------------

PDS

Lucídio Portella	PI-3055/57	Jarbas Passarinho	PA-3022/23
------------------	------------	-------------------	------------

PSB / PT

Eduardo Suplicy	SP-3213/15	José Paulo Bisol	RS-3224/25
-----------------	------------	------------------	------------

PP

Pedro Teixeira	DF-3127/28	Méira Filho	DF-3221/22
----------------	------------	-------------	------------

Secretário: Luiz Cláudio/Vera Lúcia

Telefones: Secretaria: 3515/16/4354/3341

Sala de reuniões: 3652

Reuniões: Quartas-feiras, às 14 horas.

Sala nº 09 - Ala Alexandre Costa

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

(27 Titulares e 27 Suplentes)

Presidente: João Rocha
Vice-Presidente: Gilberto Miranda

Titulares	PMDB	Suplentes	
Ronan Tito	MG-3038/39/40	Mauro Benevides	CE-3194/95
Garibaldi A. Filho	RN-4382/92	José Fogaça	RS-3077/78
Ruy Bacelar	BA-3161/62	Flaviano Melo	AC-3493/94
Ronaldo Aragão	RR-4052/53	Cid S. de Carvalho	CE-3058/59
César Dias	RO-3064/65/66	Juvêncio Dias	PA-3050/4393
Mansueto de Lavor	PE-3182/83/84	Pedro Simon	RS-3230/32
Aluizio Bezerra	AC-3158/59	Divaldo Suruagy	AL-3185/86
Gilberto Miranda	AM-3104/05	João Calmon	ES-3154/56
Onofre Quinan	GO-3148/50	Wilson Martins	MS-3114/15
PFL			
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Odacir Soares	RO-3218/19
Raimundo Lira	PB-3201/02	Bello Parga	MA-3069/70
Henrique Almeida	AP-3191/92/93	Álvaro Pacheco	PI-3085/87
Dario Pereira	RN-3098/99	Elcio Álvares	ES-3131/32
João Rocha	MA-4071/72	Josaphat Marinho	BA-3173/75

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 Titulares e 27 Suplentes)
Presidente: Valmir Campelo
Vice-Presidente: Juvêncio Dias

Titulares

Suplentes

PMDB

João Calmon	ES-3154/55	Cid Sabóia de Carvalho	CE-3058/59
Flaviano Melo	AC-3493/94	Antônio Mariz	PB-4345/46
Mauro Benevides	CE-3052/53	Onofre Quinan	GO-3148/49
Wilson Martins	MS-3114/15	Marcio Lacerda	RJ-3029/30
Juvêncio Dias	PA-3050/4393	Ronaldo Aragão	RO-4052/53
Mansueto de Lavor	PE-3182/83	Amir Lando	RO-3110/11
José Fogaça	RS-3077/78	Ruy Bacelar	BA-3160/61
Pedro Simon	RS-3230/31	Alfredo Campos	MG-3237/38
Iram Saraiva	GO-3134/35	Nelson Carneiro	RJ-3209/10

PFL

Josaphat Marinho	BA-3173/74	Dario Pereira	RN-3098/99
Marco Maciel	PE-3197/98	Odacir Soares	RO-3218/19
Álvaro Pacheco	PI-3085/86	Francisco Rollemberg	SE-3032/33
Raimundo Lira	PB-3201/02	Carlos Patrocínio	TO-4058/68
Bello Parga	MA-3069/72	Henrique Almeida	AP-3191/92

PSDB

Almir Gabriel	PA-3145/46	Beni Veras	CE-3242/43
Eva Blay	SP-3119/20	Mário Covas	SP-3177/78
Teotônio V. Filho	AL-4093/94	José Richa	PR-3163/64

P/DB

Valmir Campelo	DF-3188/89	Luiz A. Oliveira	PR-4058/59
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Marluce Pinto	RR-4062/63
Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36	Carlos De' Carli	AM-3079/80

PDT

Darcy Ribeiro	RJ-4229/30	Magno Bacelar	MA-3074/75
---------------	------------	---------------	------------

PRN

Aureo Mello	AM-3091/92	Albano Franco	SE-4055/56
Ney Maranhão	PE-3101/02	Saldanha Derzi	MS-4215/18

PDC

Moisés Abrão	TO-3136/37	Epitácio Cafeteira	MA-4073/74
--------------	------------	--------------------	------------

PDS

Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Esperidião Amin	SC-4206/07
-------------------	------------	-----------------	------------

PP

Meira Filho	DF-3221/22	João França	RR-3067/68
-------------	------------	-------------	------------

PT/PSB

Eduardo Suplicy	SP-3213/15	José Paulo Bisol	RS-3224/25
-----------------	------------	------------------	------------

Secretária: Mônica Aguiar Inocente
Ramais 3496/3497

Reuniões: Quintas-feiras, às 14 horas

Local: Sala nº 15, Ala Senador Alexandre Costa - Ramal 3121

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

SEÇÃO II (Senado Federal)

Seção de Remessas Postais _ 311-3728

Seção de Cobrança _ 311-3803

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal - Agência 1386 - PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil _ Agência 0452-9 _ CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes - Brasília - DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações _
Coordenação de Atendimento ao Usuário.

CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

- Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências
- Dispositivos vetados e razões dos vetos
- Legislação correlata
- Índice temático

Lançamento
Cr\$ 800,00

A venda na Subsecretaria de Edições Técnicas - Senado Federal, Anexo I, 22º andar - Praça dos Três Poderes, CEP 70160 - Brasília, DF - Telefones 311-3578 e 311-3579.

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado CGA 470775.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 107

(Julho a setembro de 1990)

Está circulando o nº 107 da *Revista de Informação Legislativa*, periódico trimestral de pesquisa jurídica editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

COLABORAÇÃO

- Medidas provisórias – *Raul Machado Horta*
Os serviços de telecomunicações na Constituição Brasileira de 1988 – *Gaspar Vianna*
A Constituição de 1988 e o sistema financeiro nacional – *Arnoldo Wald*
A autonomia universitária e seus limites jurídicos – *Giuseppe da Costa*
A aposentadoria dos servidores na Constituição de 1988 – *Palmares Moreira Reis*
Direito urbanístico e limitações administrativas urbanísticas – *Diogo de Figueiredo Moreira Neto*
Controle parlamentar da administração – *Odete Medauar*
Observações sobre os Tribunais Regionais Federais – *Ademar Ferreira Maciel*
O recurso especial e o Supremo Tribunal de Justiça – *Sálvio de Figueiredo Teixeira*
Tribunal de Contas e Poder Judiciário – *Jarbas Maranhão*
Jurisdição e competência: nota sobre o sentido histórico-político da distinção – *Nelson Saldanha*
A atuação dos Procuradores da República no atual contexto de competência jurisdicional federal em tema de combate a entorpecentes – *Vitor Fernandes Gonçalves*
- Conceito de "underselling" ("dumping") dentro do Anteprojeto da nova Lei Antitruste – *Mário Roberto Villanova Nogueira*
Os direitos de autor e os que lhes são conexos sobre obras intelectuais criadas ou interpretadas sob o regime de prestação de serviços – *José Carlos Costa Netto*
Bem de família – *Zeno Veloso*
Fundamentos da arbitragem no Direito brasileiro e estrangeiro – *Jorge Barrientos Parra*
"Lobbies" e grupos de pressão como agentes de informação para o Poder Legislativo – *Yamil e Souza Dutra*
Desequilíbrios regionais no atendimento às demandas de educação – *Edivaldo M. Boaventura*
A biblioteca legislativa e seus objetivos – *Eduardo José Wense Dias*
Recepción de la sociedad unipersonal de responsabilidad limitada en el Proyecto de Unificación Civil y Comercial en Argentina. Protección de los acreedores – *Dr. Daniel E. Moeremans*
La influencia de la Jurisprudencia del Tribunal Europeo de los Derechos Humanos en la Jurisprudencia del Tribunal Constitucional Español – *Antonio M^a Loça Navarrete*

PUBLICAÇÕES

Obras publicadas pela Subsecretaria de Edições Técnicas

À Venda na Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal – Anexo I, 22º andar – Praça dos Três Poderes, CEP 70160-900 Brasília, DF. Telefones 311-3578 e 311-3579.

PREÇO DO EXEMPLAR

Cr\$ 1.000,00

Os pedidos a serem atendidos através da FCT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência FCT do Senado – CGA 470775.